

RELATÓRIO ANUAL

2011



APRESENTAÇÃO

**Relatório Anual da Administração da Cooperativa de Eletrificação da
Região do Alto Paraíba – Ano 2011.**



INDÍCE

Apresentação	04
Carta do Presidente	05
Cenário	07
A CEDRAP em Números	16
Balanço Social	19
Agradecimentos	21
Demonstrações Contábeis 2010	22
Notas Explicativas	30
Parecer do Conselho Fiscal	64
Parecer dos Auditores Independentes Demonstrações Contábeis	65
Parecer dos Auditores Independentes Controles Internos	68
Parecer dos Auditores Independentes Mutação do Ativo Imobilizado	77
Parecer dos Auditores Independentes Demonstrações Regulatórias	86
Edital de Convocação	93
Ata	94
Ata Posse Conselho de Administração e Fiscal	97
Participações	98

Relatório Anual da Administração da Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba

A Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP, é a empresa responsável pela distribuição de energia elétrica em parte das zonas rurais dos municípios de Paraibuna, Jambeiro, Santa Branca, Redenção da Serra e Natividade da Serra, além de um distrito industrial no município de Jambeiro. Foi conferido a esta Permissionária a honra e o dever de acompanhar o desenvolvimento destas cidades, levando energia elétrica às casas, ruas, avenidas e indústrias.

Estamos sempre em busca de superações e melhorias, por isso fazemos investimentos, criamos e superamos desafios, tendo como objetivo, garantir a eficiência na distribuição de energia, com excelência em serviços, atuando com ética, transparência e de acordo com os princípios cooperativistas e em cumprimento a legislação vigente e requisitos da ANEEL, visando prestar os melhores serviços a todos os consumidores/cooperados que utilizam nossa energia.

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados,

Em cumprimento às determinações legais, e estatutárias, a administração da CEDRAP submete a apreciação, apresentando a seguir o relatório das principais atividades desenvolvidas no decorrer do exercício de 2011.

Tais especificidades primam para uma melhor apresentação dos resultados aos sócios, autoridades e consumidores.

Em anexo estão as demonstrações contábeis, elaboradas em concordância com a Legislação Societária vigente, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa,

ferramentas de relevância para a divulgação do desempenho da Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP perante a sociedade, órgão regulador e clientes.

Cumprimos as determinações específicas de Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, apesar de sermos uma Sociedade Cooperativa.

Carta do Presidente

A Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP continua sua incessante contribuição para a geração de empregos na nossa cidade.

As realizações do ano de 2011 demonstraram mais uma vez a continuidade da seriedade do trato do dinheiro público, do comprometimento com o atendimento a toda a sociedade. Mais uma vez pode-se afirmar que os objetivos foram cumpridos em todos os setores da empresa.

É com grande satisfação e orgulho, que informamos nossos ilustres cooperados, que a CEDRAP conseguiu no final do exercício de 2011, a certificação pela ISO 9001:2008. A transparência na administração da Cooperativa possibilita que qualquer consumidor / cooperado conheça toda a estrutura, organização e operacionalização de todos os campos de trabalho dentro da empresa.

Nenhuma empresa pode parar no tempo, necessita de evolução, modernização, não apenas no campo tecnológico, mas em todos os setores, como o administrativo, financeiro, gerencial, jurídico e demais. A empresa neste momento vislumbra encarar a evolução, de uma forma natural, porém, consciente de que a principal razão é a sobrevivência e crescimento da empresa.

Visando esta modernização e melhoria constante de nossas redes, no ano de 2011, instalamos um banco de regulador de tensão, o que melhora a qualidade da energia que chega até nossos consumidores, pois mantêm o nível de tensão estabilizado e adequado as necessidades de cada usuário, minimizando desperdícios e perdas elétricas. Também foram reconduzidos 3.500 (três mil e quinhentos) metros de rede, com realocação das mesmas para as margens de estradas facilitando o acesso. Visando melhorar cada dia mais o atendimento a nossos consumidores, instalamos mais 03 (três) religadores eletrônicos, totalizando desta forma 08 religadores já instalados, sendo eles totalmente automatizados, que são operados remotamente via internet, pelo COD, sem que haja necessidade de deslocamento até o local, o que torna mais rápido e eficiente o restabelecimento da energia, além da CEDRAP detectar e monitorar em tempo real a falta de energia.

Os funcionários da CEDRAP, entre eles, aqueles que enfrentam a chuva, sol forte, os mais diversos horários, os riscos de acidentes elétricos, continuam sendo alvo de muita atenção, com treinamentos, fornecimento de equipamentos adequados e, sobretudo reconhecimento pela atual administração.

Os investimentos em obras de ampliação, melhoria e reforço de rede de distribuição neste ano de 2011 atingiram o valor de R\$ 2.801.323,28 (dois milhões, oitocentos e um mil, trezentos e vinte três reais e vinte e oito centavos). Dando seqüência a renovação da frota, foram investidos, no exercício de 2011, a importância de R\$ 303.087,74 (trezentos e três mil, oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos) na aquisição de novos veículos.

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Paraibuna, foram instalados 170 novos pontos de iluminação pública, beneficiando com isto os bairros do Cedro, Porto, Teles II, Comércio, Vila Machado, Romanas, Macaco, Grama, Vila dos Pássaros e Remedinho dos Prazeres.

A CEDRAP, no ano de 2011, assumiu novos consumidores, que eram atendidos por outras empresas do setor elétrico, como Bandeirante energia S/A, no município de Jambeiro e Elektro Eletricidade S/A, no município de Paraibuna, de onde migraram para a CEDRAP aproximadamente 1.500 (um mil e quinhentos) consumidores, além de 191 (cento e noventa e uma) ligações através do Programa Luz para Todos e outras 48 sem nenhum ônus para o consumidor, uma vez que foram atendidos pela universalização.

A CEDRAP mantém entre seus objetivos a aproximação com seus consumidores, priorizando sempre o melhor atendimento possível, na busca constante de proporcionar soluções, crescimento e desenvolvimento a todos os interesses residenciais, empresariais, industriais e rurais.

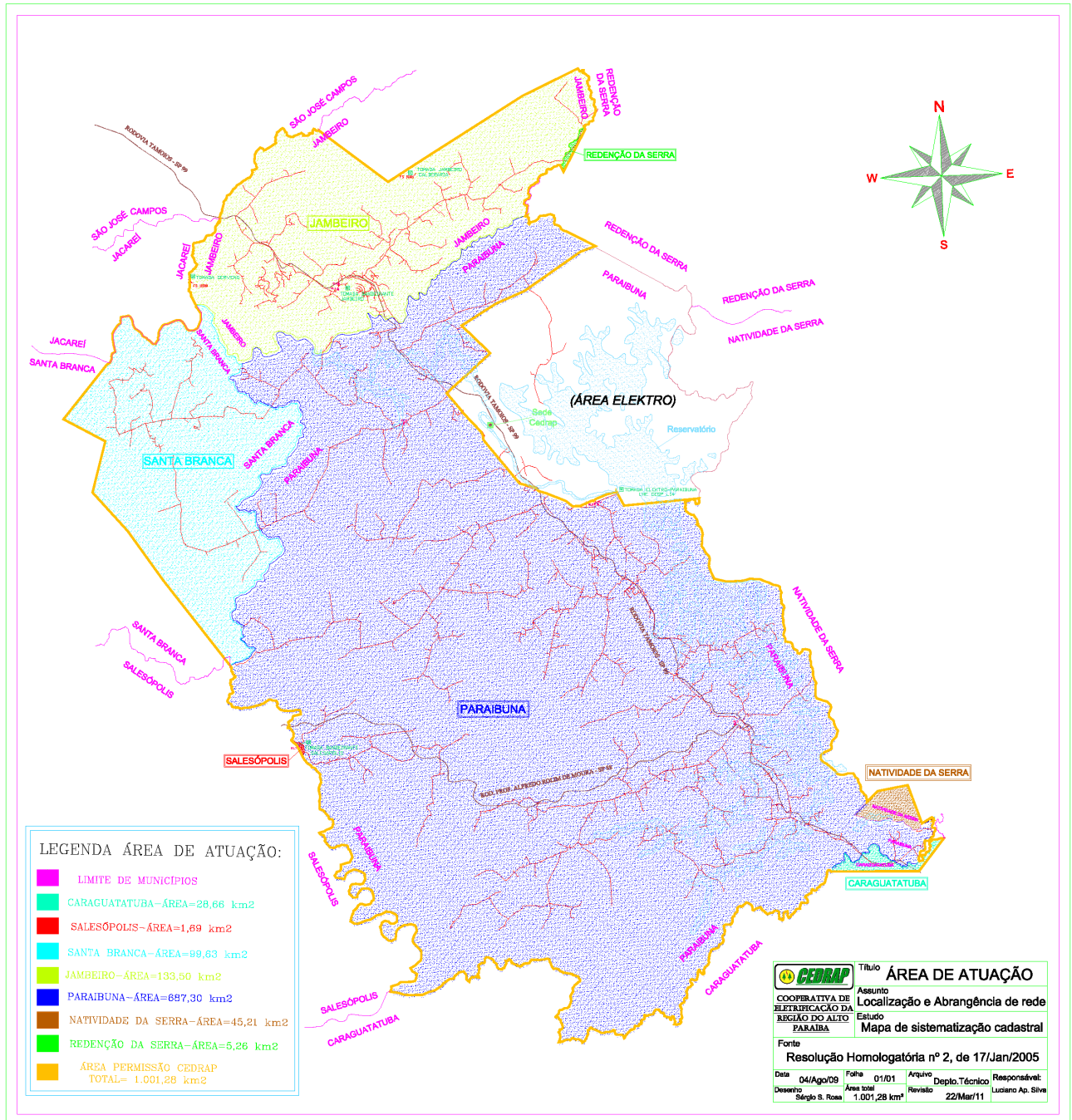
Aproveitamos à oportunidade para agradecer aos Senhores Sócios, aos Colaboradores, Órgãos Públicos, Fornecedores, Empresas Terceirizadas e Consumidores, e desejar que juntos, possamos manter sempre uma parceria de sucesso.

Finalizando, agradecemos à DEUS, que sempre nos leva ao caminho do bem e é nosso fiel protetor.

Cenário

A CEDRAP – Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba, nome atual da cooperativa, foi fundada em 15/03/1964, com o nome de CERAP – Cooperativa de Eletrificação Rural do Alto Paraíba Ltda., por um grupo de fazendeiros e moradores da zona rural dos municípios de Paraibuna, São Jose dos Campos, Jambeiro e Santa Branca, que tinham interesse em ver suas propriedades com energia elétrica, uma vez que, naquela época as concessionárias não tinham nenhum interesse em levar energia na zona rural, pois era um investimento muito elevado exigindo a construção de muitos quilômetros de redes elétricas para o atendimento a um pequeno numero de consumidores, então estes associados, descontentes com as concessionárias e incentivados e assessorados pelo DAC - Departamento de Assistência ao Cooperativismo, ligado ao Governo do Estado de São Paulo, se juntaram e fundaram a cooperativa, que teve como seu primeiro Presidente o Sr. Rodolfo Alberto Wysling, não podendo deixar de citar o Sr. Clovis Faria Barbosa, que foi um dos fundadores e Presidente durante 32 (trinta e dois) anos ininterruptos, sendo um dos grandes responsáveis pelo crescimento da Cooperativa.

A CEDRAP detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica em sua área de permissão, nos Municípios de Paraibuna, Jambeiro, Santa Branca, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Caragatatuba e Salesópolis, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão N° 001/2008, assinado em 20/06/2008, sendo importante frisar que a CEDRAP trabalha seguindo normas da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, procurando oferecer a máxima qualidade na prestação de seus serviços.



Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica

A Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP é uma Distribuidora de Energia Elétrica que fornece energia na zona rural dos municípios de Paraibuna, Santa Branca, Jambeiro, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Caraguatatuba e Salesópolis. Atualmente (base dezembro/2011), possui 4.756 consumidores.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.

Ligação de Consumidores - foram realizadas, no ano de 2011, 170 novos pontos de iluminação pública, 191 ligações através do Programa Luz para Todos, 48 ligações sem nenhum ônus para o consumidor, uma vez que foram atendidos pela universalização e a migração de aproximadamente 1.500 consumidores que eram atendidos pela Bandeirante Energia S/A e Elektro Eletricidade S/A.

Comportamento do Mercado - A CEDRAP não possui geração de energia. Toda energia comercializada é obtida através da aquisição do suprimento da Bandeirante Energia S/A e Elektro – Eletricidade e Serviço S/A e participação do Programa Governamental PROINFA.

	Balanco Energético em GWh	
	2011	2010
Geração própria	0,00	0,00
Bandeirante	21,62	14,16
Elektro	9,72	8,86
PROINFA	0,26	0,26
Total	31,60	23,28
Disponibilidade		
Consumidores - distribuição	30,36	24,81
Direta		
Consumidores livres	0	0
Concessionárias	0	0
Energia Contratual	0	0
Energia de curto prazo	0	0
Fornecimento e suprimento	30,36	24,81
Perdas e diferenças	4,08%	-6,17%

Distribuição Direta por Classe de Consumo

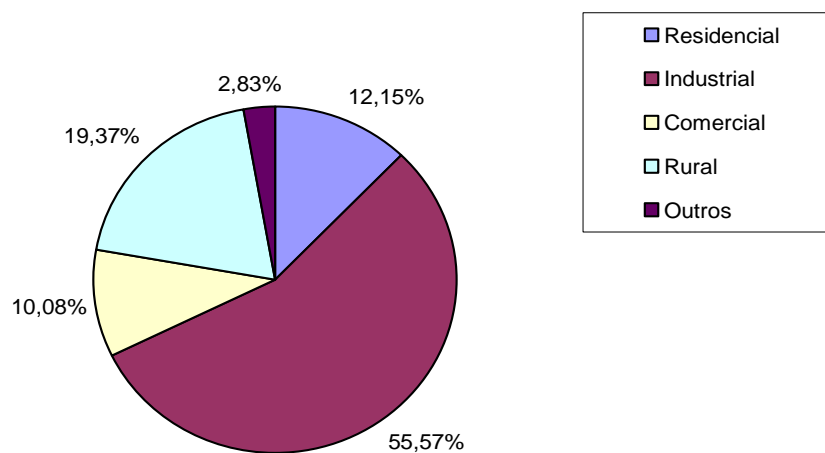
A CEDRAP não distribuiu energia de forma direta no exercício 2011, caracterizando seu mercado, 100% de Consumidores Cativos.

Com relação a este mercado cativo, tivemos um acréscimo de 22,37% comparando-se com o desempenho do exercício anterior. A classe que teve maior crescimento foi a Residencial com 45,28% em relação ao exercício anterior.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

**Consumo por classe de consumidores - em GWh**

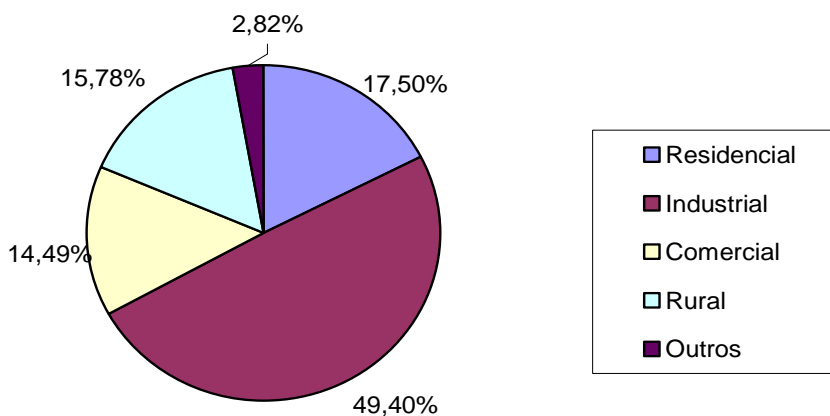
Classe	2011	2010	%
Residencial	3,69	2,54	45,28
Industrial	16,87	13,36	26,27
Comercial	3,06	2,72	12,50
Rural	5,88	5,58	5,38
Outros	0,86	0,61	40,98
Total	30,36	24,81	22,37



Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício importou em R\$ 11.163,46 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Bruta em R\$ mil

Classe	2011	2010	%
Residencial	1.953,72	1.283,95	52,16
Industrial	5.514,75	4.206,70	31,09
Comercial	1.618,11	1.351,46	19,73
Rural	1.761,73	1.555,33	13,27
Outros	315,15	204,82	53,87
Total	11.163,46	8.602,26	29,77


Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2011, apresentou um crescimento de 55,53% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2011	2010	%
Residencial	3.239	1.719	88,42
Industrial	20	16	25,00
Comercial	187	147	27,21
Rural	1.262	1.142	10,51
Outros	48	34	41,18
Total	4.756	3.058	55,53

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, em dezembro de 2011, atingiu R\$ 0,029/MWh, com redução de (17,14) % com relação a dezembro de 2010 que foi de R\$ 0,35/MWh.

OBS.: Os valores abaixo demonstrados estão expressos em (Reais/mil).

Classe	Tarifa média de Fornecimento					
	Em R\$/MWH					
Residencial	0,42					
Industrial	0,25					
Comercial	0,40					
Rural	0,25					
Poder Público	0,40					
Outros	0,26					

Composição da Tarifa	Poder					
	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Público	Outros
Tarifa aplicada	1.539,53	1.235,43	4.230,24	1.496,71	70,43	176,17
Impostos	319,46	272,55	1.034,72	140,09	9,59	38,67
PIS	1,87	0,24	21,68	0,16	0,03	-
COFINS	8,72	1,13	100,05	0,75	0,12	-
ISSQN	-	-	-	-	-	-
ICMS	308,87	271,18	912,99	139,18	9,44	38,67
Taxas	148,12	118,83	406,91	143,99	6,73	17,03
Fiscalização	4,97	3,99	13,65	4,83	0,23	0,57
CCC	46,31	37,16	127,23	45,02	2,10	5,32
RGR	18,83	15,11	51,73	18,31	0,86	2,16
P&D	7,29	5,84	20,02	7,08	0,33	0,84
PEE	7,28	5,84	20,01	7,08	0,33	0,85
CDE	43,44	34,85	119,33	42,23	1,97	4,99
PROINFA	20,00	16,04	54,94	19,44	0,91	2,30
Compensação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo da energia comprada p/revenda	116,27	93,28	319,42	113,03	5,28	13,36
Encargos de uso da rede elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de pessoal	492,12	394,82	1.351,94	478,42	22,37	56,48
Outras despesas operacionais	377,82	303,12	1.037,94	367,30	17,17	43,36
Tarifa bruta da concessionária (*)	1.071,95	844,05	2.788,61	1.212,63	54,11	120,47
Resultado	85,74	52,83	79,31	253,88	9,29	7,27

(*) Representa a equivalência em relação à tarifa, que gera recursos para suprir os investimentos, além dos Impostos de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2009	88,56	51,48	1,72
2010	59,28	32,53	1,82
2011	50,32	28,59	1,76

OBS: O variação do valor do DEC, justifica-se pelo crescimento de nossas redes em função do Programa Luz para Todos, do aumento no número de consumidores e principalmente pelas constantes tempestades que, de forma atípica castigaram nossa região, gerando alguns problemas em nossas redes e, principalmente. Outro fator que contribui para esta variação é o crescimento da plantação de eucalipto, o que vem prejudicando sobremaneira as interferências em nossas redes. Por esses motivos justificamos.

Atendimento ao Consumidor

A CEDRAP participa do Programa Luz para todos, tendo ligado 191 consumidores no exercício de 2011, e conta ainda com aproximadamente mais 600 cadastros que deverão ser ligado no próximo ano.

Tecnologia da Informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEDRAP segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais. Os religadores automatizados estão conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrado remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. Foi desenvolvido um novo site para a Empresa, que vai possibilitar o uso por seus clientes de serviços on-line, como emissão de segundas vias, e solicitações de serviços.

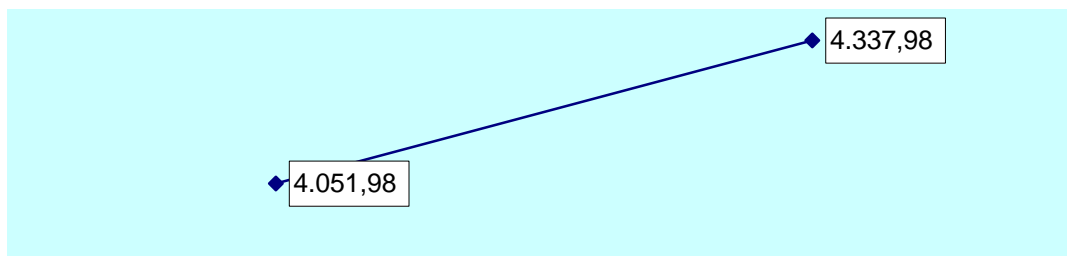
Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2011, o Lucro foi de R\$ 2.958,28 (Reais/mil), contra um Lucro de R\$ 2.750,83 (Reais/mil) em 2010, ocasionando um aumento nos Lucros na ordem de 7,54%. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 8.459,33 (Reais/mil), superior em 19,77% em relação a 2010, que foi de R\$ 7.062,65 (Reais/mil).

As Despesas Operacionais totalizaram em 2011 R\$ 720,07 (Reais/mil), (13,46%) inferior em relação a 2010 que foi de R\$ 832,05 (Reais/mil). O aumento do Patrimônio Líquido do exercício foi de 23,51% em relação a 2010.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 4.337,98 (Reais/mil), superior em 7,06% a 2010, que foi de R\$ 4.051,98 (Reais/mil), conforme variação abaixo:

EBITDA OU LAJIDA - Legislação Societária



Investimentos

Em 2011, os investimentos da Permissionária importaram em R\$ 3.642,62 (Reais/mil), 166,37% superior em relação a 2010 que foi de 1.367,50 (Reais/mil), conforme a seguir:

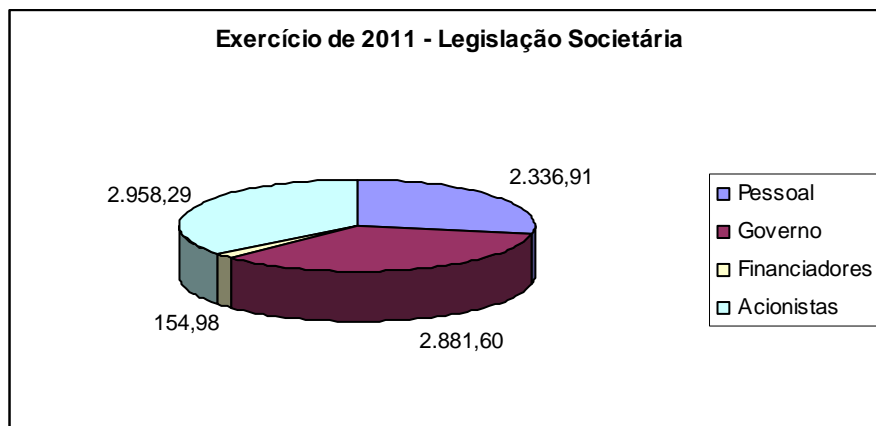
Investimentos - R\$ mil			
	2011	2010	%
Obras de Geração	0,00	0,00	0,00
Obras de Transmissão	0,00	0,00	0,00
Obras de Distribuição	3.642,62	1.367,50	166,37
Obras	2.801,32	1.185,03	136,39
Ligações e Medições	0,00	0,00	0,00
Veículos	335,50	0,00	0,00
Equipamento Geral	282,05	13,35	2.012,73
Instalações Gerais	13,64	15,66	(12,90)
Edificações	210,11	153,46	36,92
Total	3.642,62	1.367,50	166,37

Captações de Recursos

Os investimentos de 2011 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor Adicionado

Em 2011, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CEDRAP foi de R\$ 8.361,78 (Reais/mil), representando 73,09% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2011, o Capital Social da CEDRAP era de R\$ 3.310,57 (Reais/mil), composto por 3.310.572 cotas, assim distribuídas:

Cotistas	Cotas	%
Associados	3.310.572	100,0000
TOTAL	3.310.572	100,00

Relações com o Mercado

A CEDRAP, participa de eventos, compõe as associações do Setor: OCESP/SESCOOP, FECOERESP e INFRACOOP, mantém contato com outras permissionárias e com as modificações do Setor Elétrico.

A CEDRAP objetiva manter seus funcionários sempre atualizados, incentivando na participação de seminários, cursos técnicos, jurídicos, administrativos entre outros, fazendo que haja aprimoramento referente aos assuntos do Setor Elétrico. Sempre valorizando:

- A satisfação do cliente;
- O crescimento dos colaboradores;
- As parcerias;
- A honestidade e a lealdade;
- O trabalho, a competência e a responsabilidade;
- A iniciativa e a criatividade;
- A gestão participativa e empreendedora.

Gestão

Planejamento Empresarial: Esta Concessionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos. A CEDRAP faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Sempre que necessários são realizadas, nas dependências da CEDRAP, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

A CEDRAP em Números

Atendimento	2011	2010	%
Número de consumidores	4.756	3.058	55,53
Número de empregados	59	49	20,41
Número de consumidores por empregado	80	62	29,03
Número de localidades atendidas	5	5	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	1	1	0,00
Número de postos de arrecadação	5	5	0,00
Mercado			
Área de concessão (Km ²)	1.001,3	1.001,3	0
Geração própria (GWh)	0	0	0
Demanda máxima (MWh/h)	7.139	7.139	0,00
Distribuição direta (GWh)	30,36	24,81	22,37
Consumo residencial médio (kWh/ano)	235,48	211,95	11,10
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	346,99	346,74	0,07
Total			
Residencial	416,88	504,80	(17,42)
Comercial	404,26	497,28	(18,71)
Industrial	250,81	314,89	(20,35)
Rural	254,54	278,75	(8,69)
Suprimento	0	0	0
DÉC (horas)	50,32	59,28	(15,11)
População antecipada - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	0,00	0,00	0,00
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	12,23	12,23	0,00
FEC (número de interrupções)	28,59	32,53	(12,11)
Número de reclamações por 1.000 consumidores	20,60	20,60	0,00

Operacionais	2011	2010	%
Número de usinas em operação	0	0	0
Número de subestações	0	0	0
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0
Linhas de distribuição (Km)	845,00	651,94	29,61
Capacidade instalada (MW)	28,82	22,24	29,59
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	11.439,39	8.850,26	29,25
Receita operacional líquida (R\$ mil)	8.459,33	7.062,65	19,78
Margem operacional do serviço líquida (%)	35,23%	25,31%	39,18
EBITDA OU LAJIDA	4.337,98	4.051,98	7,06
Lucro líquido (R\$ mil)	703,79	1.788,04	(60,64)
Lucro líquido por mil cotas	703,79	1.788,04	(60,64)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	12.823,02	10.382,44	23,51
Valor patrimonial por cota R\$	1,00	1,00	0,00
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	5,49	17,22	(68,12)
Endividamento do patrimônio líquido (%)	18,87%	11,27%	67,44
Em moeda nacional (%)	18,87%	11,27%	67,44
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

Indicadores de Performance

	2011	2010
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	1,66	1,50
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	535,52	475,18
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	6,64	7,10
Retorno de Ativos por Unidade:	2,40	2,27

Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2011, a Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida, mantêm convênios com Planos de Saúde, e, Fornecimento de Vale Alimentação para cada colaborador.

Prestamos os melhores serviços há mais de 40 anos e, para isso, valorizam o corpo funcional da CEDRAP oferecendo vários treinamento técnicos, onde focamos:

- Treinamento em NR 10;
- Treinamento em Primeiros Socorros;
- Treinamento em Operador de Guindauto;
- Treinamento em Operador e Mantenedor de Cabine Primaria;
- Treinamento de Direção Off Roads;
- Treinamento para Operador de COD;
- Treinamento em Perdas e Seletividade;
- Segurança e Medicina no Trabalho;
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA

Enfim, seguimos nossa política de qualidade, que busca a melhoria continua através da capacitação e treinamento dos nossos colaboradores, para atender os requisitos regulamentares de nossos consumidores e expectativas dos associados, bem como, as demais partes interessadas na área de Distribuição de Energia Elétrica.

Responsabilidade Social

No período Natalino a CEDRAP, auxilia Prefeitura Municipal de Paraibuna, com fornecimento de caminhão cesto e mão de obra, na instalação da iluminação natalina da cidade e também cede o pateo de sua sede social para realização da Missa em homenagem a São Benedito, e para instalação de barracas e brinquedos para atender a toda a população local, por ocasião da comemoração religiosa.

CIPA CEDRAP

Os membros da CIPA na CEDRAP abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc. Fazem-se reuniões mensais, realizadas no Auditório da CEDRAP, acompanhadas por um Técnico em Segurança do Trabalho, e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança.

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba
CNPJ nº 60.196.987/0001-93
Demonstração do Balanço Social – 2011 e 2010
 *(Valores expressos em milhares de Reais)

1 – Base de Cálculo	2011	2010
Receita Líquida (RL)	8.459,33	7.062,65
Lucro Operacional (LO)	2.713,96	2.504,94
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	2.796,15	2.164,40

2 – Indicadores Sociais Internos	% sobre 2011			% sobre 2010		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação – Auxílio alimentação e outros	184,07	6,58%	2,18%	139,55	6,45%	1,98%
Encargos sociais compulsórios	561,82	20,09%	6,64%	566,83	26,19%	8,03%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde – Convênio assistencial e outros benefícios	100,09	3,58%	1,18%	78,91	3,65%	1,12%
Segurança no trabalho – CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação – Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	26,31	0,94%	0,31%	5,84	0,27%	0,08%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale transporte – excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros benefícios	14,52	0,52%	0,17%	32,56	1,50%	0,46%
Total	886,81	31,72%	10,48%	823,69	38,06%	11,66%

3 – Indicadores Sociais Externos	% sobre 2011			% sobre 2010		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total contribuição para sociedade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tributos – excluídos encargos sociais	390,97	14,41%	4,62%	611,10	24,40%	8,65%
Total	390,97	14,41%	4,62%	611,10	24,40%	8,65%

4 – Indicadores Ambientais	% sobre 2011			% sobre 2010		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica – Fauna e Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa social de eletricidade rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede compacta ou linha verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de eletrificação para população carente – PEE	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de desenvolvimento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

tecnológico e industrial – P&D						
Museu ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade livre do meio ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa especiais / projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2011	2010
	em	em
	unidades	unidades
5 – Indicadores do corpo funcional		
Empregados no final do período	59	49
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	15	13
Ensino médio	26	18
Ensino fundamental	18	18
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	15	11
De 30 até 45 anos (exclusive)	16	19
Acima de 45 anos	28	19
Admissões durante o período	10	10
Mulheres que trabalham na empresa	5	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação n° total mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação n° total gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	2	2
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n° total negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n° total gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	62	57

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18,00	17,00
--	-------	-------

AGRADECIMENTOS

Findando o ano de 2011, queremos agradecer a DEUS e lembrar a todos, que cooperativismo não é trabalhar sozinho. Cooperar é unir forças pelo bem comum. Contamos com braços amigos, e é para essas pessoas que endereçamos os nossos sinceros agradecimentos.

Aos nossos conselheiros, que durante o ano todo se reuniram para delegar funções, tomar decisões, discutir ações que visem o bem estar do associado e consumidor. Isso é cooperativismo. Muito obrigado pelo apoio, pela dedicação de cada um. Se tivemos um ano vencedor, foi porque lutamos para isso.

Da mesma forma, deixamos os nossos sinceros agradecimentos aos nossos colaboradores, que nos emprestam todos os dias, suas forças e seu suor, para que mantenhamos, sempre, a imagem de cooperativa exemplar.

Extensivamente aos associados e consumidores, e todos os demais que direta, ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da nossa missão de permissionária, o nosso Muito Obrigado!

Paraibuna, 25 de março de 2012.



Demonstrações Contábeis Societárias 2011

Demonstrações Contábeis**Balanco Patrimonial**

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
ATIVO	15.243,27	11.553,08
Circulante	5.548,14	4.371,60
Numerário disponível	42,96	71,68
Aplicações no mercado aberto	2.416,85	3.013,67
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.574,57	1.197,11
Rendas a receber	53,87	51,66
Devedores diversos	0,07	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(236,05)	(270,92)
Serviços em curso	44,57	80,89
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	449,08	78,39
Estoque	150,80	23,01
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00	71,31
Outros créditos	51,42	54,80
Ativo Não-Circulante	9.695,13	7.181,48
Realizável a Longo Prazo	648,34	131,18
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	16,12	16,12
Ativo Financeiro da Concessão	492,75	210,00
Outros créditos	139,47	115,06
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	9.046,79	6.840,30
Imobilizado	5.238,33	2.933,77
Obrigações Vinc. A Conc. Do Serv. Publ. De E. Elétrica	(1.860,59)	(1.486,86)
Intangível	5.669,05	5.393,39
PASSIVO	15.243,27	11.553,08
Circulante	1.730,23	622,26
Fornecedores	430,72	164,78
Folha de pagamento	68,15	49,83
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	88,01	88,01
Taxas regulamentares	95,80	48,76
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	200,10	145,05
Passivos regulatórios	522,92	14,57



Credores diversos	15,45	(57,49)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Obrigações estimadas	198,18	126,41
Provisões para contingências	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	44,48	26,05
Programa de Eficiência Energética	66,41	16,29
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	690,02	548,38
Passivo Exigível a Longo Prazo	690,02	548,38
Empréstimos e financiamentos	690,02	548,38
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Provisões para contingências	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	12.823,02	10.382,44
Capital social	3.310,57	3.291,86
Reserva de reavaliação patrimonial	0,00	3.030,78
Reservas de capital	0,00	0,00
Reservas de lucros	6.255,78	1.644,86
R.A.T.E.S	2.116,29	186,61
Reserva de Desenvolvimento	436,59	328,32
Reserva de Contingências	0,00	111,97
Sobras (prejuízos) acumulados	703,78	1.788,04
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis**Demonstração do Resultado**

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receita operacional	11.439,39	8.850,26
Fornecimento de energia elétrica	6.045,85	4.165,52
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	5.352,83	4.436,75
Outras receitas operacionais	40,71	247,99
Deduções da receita operacional	(2.980,06)	(1.787,61)
ICMS	(1.606,68)	(1.330,96)
PIS	(23,02)	(18,66)
COFINS	(106,28)	(86,13)
ISSQN	0,00	0,00
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	(509,95)	(222,91)
Encargo do consumidor (PEE, P & D, FNDCT e MME)	(101,35)	(75,12)
Quota para RGR	(107,00)	(53,83)
Neutralidade Parcela A	(525,79)	0,00
Receita operacional líquida	8.459,33	7.062,65
Custo do serviço de energia elétrica	(802,51)	(567,50)
Custo com energia elétrica	(28,24)	(18,47)
Energia elétrica comprada para revenda	(348,36)	(247,02)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(425,91)	(302,01)
Custo de operação	(4.222,79)	(3.158,17)
Pessoal e administradores (inclui 46,85 de remuneração a administradores)	(2.371,42)	(1.762,53)
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Material	(375,80)	(357,68)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00
Serviços de terceiros	(850,99)	(499,81)
Depreciação e amortização	(513,04)	(462,75)
Provisões (Reversão)	0,00	0,00
Outras	(111,54)	(75,40)
Custo do serviço prestado a terceiros	(5.025,30)	(3.725,67)
Sobra operacional bruto	3.434,03	3.336,98
Despesas operacionais	(720,07)	(832,04)
Despesas com vendas	(39,18)	(272,41)
Despesas gerais e administrativas	(195,84)	(152,45)
Outras despesas operacionais	(485,05)	(407,18)
Resultado do serviço	2.713,96	2.504,94



Resultado de participações societárias	0,00	0,00
Receita (despesa) financeira	235,93	209,90
Renda de aplicações financeiras	390,91	272,29
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	0,00	0,00
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00
Outros - encargos moratórios	(154,98)	(62,39)
Resultado operacional	2.949,89	2.714,83
Receita não operacional	81,47	89,35
Despesa não operacional	(73,07)	(53,35)
(Prejuízo) Sobra antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	2.958,29	2.750,83
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
(Prejuízo) Sobra líquida antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	2.958,29	2.750,83
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
(Prejuízo) Sobra antes do item extraordinário	2.958,29	2.750,83
Item extraordinário	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00
(Prejuízo) Sobra do exercício / período	2.958,29	2.750,83
Reserva Legal - 20%	(216,55)	(550,17)
R.A.T.E.S - 5%	(1.929,68)	(137,54)
Reserva de Desenvolvimento - 10%	(108,27)	(275,08)
(Prejuízo) Sobra Líquida a Disposição da AGO	703,79	1.788,04
(Prejuízo) Sobra por quota - R\$	0,21	0,54

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						
	Capital	Reservas	Reserva	Reservas	Lucros	Recursos	
	social	de	de	de lucros	(prejuízos)	destinados a	Total
		capital	reaval.		acumulados	de capital	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.277,17	0,00	3.030,78	1.183,98	124,99	0,00	7.616,91
Remuneração das imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital social	14,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,70
Incentivos fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	2.750,83	0,00	2.750,83
Destinação proposta à A.G.O.:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	0,00	0,00	0,00	675,16	(675,16)	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	412,63	(412,63)	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva para invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.291,86	0,00	3.030,78	2.271,76	1.788,04	0,00	10.382,44
Remuneração das imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital Social	18,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,71
Incentivos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de reservas	0,00	0,00	(3.030,78)	3.030,78	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	2.421,87	0,00	2.421,87
Destinação proposta à A.G.O.:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva legal	0,00	0,00	0,00	1.468,18	(1.468,18)	0,00	0,00
Reserva de Lucros	0,00	0,00	0,00	2.037,95	(2.037,95)	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva para invest.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.310,57	0,00	0,00	8.808,67	703,78	0,00	12.823,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA
CNPJ Nº 60.196.987/0001-93**

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	9.858,06	8.897,09
Pagamentos a Fornecedores	(5.412,20)	(2.637,28)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(586,41)	(496,14)
Salários e Encargos Sociais	(2.307,02)	(2.087,38)
Caixa Gerada pelas Operações	1.552,43	3.676,29
Encargos Setoriais	(728,79)	(563,58)
Juros Pagos	(73,73)	(27,75)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS)	(516,70)	(118,35)
Tributos Estaduais (ICMS)	(1.501,62)	(1.106,44)
Tributos Municipais (COSIP e ISSQN)	(6,63)	(7,36)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	(1.275,04)	1.852,81
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	(5,28)	(4,26)
Associações e Convênios	0,00	0,00
Viagens	(24,20)	(12,94)
Outras Receitas	20,64	(19,99)
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>(1.283,88)</i>	<i>1.815,62</i>
Fluxo da Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	0,00	0,00
Juros Recebidos	0,00	0,00
Títulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida Usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimos a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	311,70	167,79
Recebimentos de Empréstimos	508,20	0,00
Pagamentos de Empréstimos	(89,36)	0,00
Cheques Devolvidos	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(72,21)	(55,80)
Outras Devoluções	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida Usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>658,33</i>	<i>111,99</i>
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	(625,54)	1.927,61
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo no Período	3.085,35	1.157,74
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	2.459,81	3.085,35
Varição pelo Caixa	(625,54)	1.927,61

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA
CNPJ Nº 60.196.987/0001-93****Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receitas	10.880,91	8.613,85
Venda de energia e serviço	10.911,70	8.850,26
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39,18)	(272,41)
Resultado não operacional	8,40	36,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.390,21)	(1.674,79)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos consumidos	(209,59)	(147,52)
Material e serviços de terceiros	(2.180,61)	(1.527,27)
(=) Valor adicionado bruto	8.490,71	6.939,06
(-) Quotas de reintegração	(519,84)	(468,46)
(=) Valor adicionado líquido	7.970,87	6.470,60
(+) Valor adicionado transferido	390,91	225,11
Receitas (Despesas) financeiras	390,91	225,11
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	8.361,78	6.695,71
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	2.366,91	1.711,12
Remunerações	1.492,54	1.373,94
Encargos sociais (exceto INSS)	134,23	154,38
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	184,07	139,55
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	46,62
Convênio para gratificação	183,06	117,31
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(17,96)	(120,68)
Provisão trabalhista	390,97	0,00
Governo	2.881,60	2.218,55
INSS (sobre folha de pagamento)	427,59	412,45
ICMS	1.606,68	1.330,95
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS, COFINS, encargos setoriais e outros)	847,34	475,15
Financiadores	154,98	15,21
Juros e variações cambiais	154,98	15,21
Aluguéis	0,00	0,00
Acionistas	2.958,29	2.750,83
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	2.958,29	2.750,83
Valor adicionado (médio) por empregado	144,17	136,65

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de reais)****1 Contexto Operacional**

A CEDRAP é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a Legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CEDRAP detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, em sua área de permissão, nos Municípios de Paraibuna, Jambeiro, Santa Branca, Redenção da Serra e Natividade da Serra, Caraguatatuba e Salesópolis, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão N° 001/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2011), possui 4.601 consumidores. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 19/06/2028.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Embora a CEDRAP seja uma sociedade cooperativa, regida pela Lei 5.764/71, atendendo as determinações do Órgão Regulador, as demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL n° 444, de 26 de outubro de 2001.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a empresa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estando alinhando às Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB – (International Accounting Standar Board) com vigências para os exercícios sociais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 1° de janeiro de 2010 (balanço de abertura) para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos 4.722/2009, 4.097/2010 e 4.991/2011.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 5.561,10 mil em 2011 e R\$ 5.290,09 em 2010 e para Ativos Financeiros de R\$ 492,75 mil em 2011 e R\$ 210,00 mil em 2010.

4 Principais Práticas Contábeis

. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2011, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do Ativo Imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlado pelo custo médio.

. Investimentos

A CEDRAP não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02 de 24 de dezembro de 1997, nº 44, de 17 de março de 1999 e 240 de 05/12/2006. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. A partir de 2011, a Resolução DNAEE 815/94 será substituída pela Resolução ANEEL 367/2009 e 4.097/2010 da ANEEL.

• **Imposto de renda diferido**

A CEDRAP não diferiu nenhum Imposto de Renda no exercício de 2011 ou anterior.

• **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CEDRAP não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

• **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

• **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

• **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face da harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011 – SFF/ANEEL, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que, neste exercício de 2011, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão / Permissão.

Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL nº 4.097/2010 e 4.991/2011 publicados as Demonstrações Contábeis Regulatórias constituídas das peças o BPR – Balanço Patrimonial Regulatório, composto dos quadros do Ativo Regulatório, Passivo Regulatório e DRER – Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório e o BP – Balanço Patrimonial Societário, já com a aplicação dos conceitos internacionais.

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 2.416,85 (Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação Societária	
				2011	2010
Banco Santander S/A	Fundo DI	Indeterminado	DI	1.149,97	2.472,51
Banco Santander S/A	Aplicação CDB	Indeterminado	CDB-DI	1.247,45	133,55
Banco Santander S/A	Aplicação CDB	Indeterminado	CDB-DI	19,42	407,61
TOTAL				2.416,84	3.013,67

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2011 e 2010, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2011	2010
Consumidores		
Faturados	11.387,84	8.602,26
Não faturados	0,00	0,00
Sub Total	11.387,84	8.602,26
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	11.387,84	8.602,26

Composição das Contas a Receber

Consumidor/ Concessionárias/ Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Legislação Societária			
					Provisão para Devedores Duvidosos		Saldo	
					2011	2010	2011	2010
Residencial	370,69	98,89	38,95	508,53	70,74	72,68	437,79	60,26
Industrial	402,71	14,01	2,60	419,32	3,34	51,89	415,98	43,03
Comércio, Serviços e Outras Atividades	183,80	21,07	39,39	244,26	68,02	58,88	176,24	48,83
Rural	223,20	31,27	60,79	315,26	93,95	83,93	221,31	69,60
Poder Público	6,13	0,47	0,00	6,60	0,00	1,51	6,60	1,25
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	6,13	0,47	0,00	6,60	0,00	1,51	6,60	1,25
Iluminação Pública	14,90	12,96	0,00	27,86	0,00	1,49	27,86	1,23
Serviço Público	13,49	0,00	0,00	13,49	0,00	0,54	13,49	0,45
Atualização Regime de Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Renda Não Faturada	442,36	0,00	0,00	442,36	0,00	0,00	442,36	0,00
Subtotal – Consumidores	1.657,27	178,66	141,74	1.977,67	236,05	270,92	1.741,63	224,65
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionária / Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.657,27	178,66	141,74	1.977,67	236,05	270,92	1.741,63	224,65



A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

7 Conta de Resultado a Compensar - CRC

A CEDRAP não possui valores na Conta de Resultado a Compensar – CRC.

8 Outros Créditos

Com referência a Outros Créditos, (Curto e Longo Prazo), os valores de 2009 e 2008 estão assim distribuídos:

	Legislação societária	
	2011	2010
Contrato de mútuo	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Empréstimos compulsórios	0,00	0,00
PASEP a compensar	0,00	0,00
Caução do contrato da STN	0,00	0,00
Outros créditos a receber	190,89	169,86
Total	190,89	169,86

9 Investimentos

A CERAP não possui nenhum Investimento que não seja direcionado ao seu próprio Ativo Imobilizado, integrante do Serviço Público de Energia Elétrica.

10 Imobilizado

	Legislação Societária			
	2011	2010	2011	2010
Em serviço	8.751,85	6.682,78		
Em serviço - Reintegração Acumulada (-)	(2.466,15)	(872,17)		
Em curso	2.761,09	1.029,69		
Ativos Financeiros Concessão	492,75	210,00		
Sub Total	9.539,54	7.050,30		
Obrig.especiais vinc.à conc.do serv.público de energia elétrica	(1.860,59)	(1.486,86)		
Sub Total	(1.860,59)	(1.486,86)		
Total	7.678,95	5.563,44		

	Legislação societária			
		2011	2010	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido
Em serviço				
Geração				
Custo histórico		0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00
Transmissão				
Custo histórico		0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00
Distribuição				
Custo histórico	5,48%	8.686,54	(2.327,68)	6.358,86
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	3.030,78
Comercialização				
Custo histórico	8,85%	27,92	(28,11)	(0,19)
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00
Administração				
Custo histórico	7,05%	530,14	(110,36)	419,78
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00
Ativ. não vinc.à conces.do Se v.Públ.de				
E. Elétrica				
Custo histórico		0,00	0,00	0,00
Correção monetária especial		0,00	0,00	0,00
Reavaliação		0,00	0,00	0,00
		9.244,60	(2.466,15)	6.778,45
Em curso				
Geração		0,00	0,00	0,00
Transmissão		0,00	0,00	0,00
Distribuição		2.682,38	0,00	2.682,38
Comercialização		28,11	0,00	28,11
Administração		50,60	0,00	50,60
Atividades não vinc. à concessão do Serv. Públ. de Energia Elétrica		(1.860,59)	0,00	(1.860,59)
		900,50	0,00	900,50
Total		10.145,10	(2.466,15)	5.563,44

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, foi instituída a subconta 223.0x.x.x.x5 – Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – Participações e Doações – Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil.

Com a edição da Resolução ANEEL 396/2010, as instruções para a anulação do efeito da Depreciação das Obrigações Especiais foram determinadas pelo método de aplicação do mesmo percentual médio da cota de depreciação, naquele mês, na Atividade em que está registrada a Obrigação.

Composição destas Obrigações:

	Legislação societária	
	2011	2010
Participação da União	939,48	695,04
Participação dos Estados	0,00	0,00
Participação dos Municípios	0,00	0,00
Participação do consumidor	921,10	791,82
Outros	0,00	0,00
Total	1.860,59	1.486,86

Demonstrativo do Valor Reintegrado:

Obrigações Especiais	2011	2010
Valor Original	2.115,10	1.643,28
Reintegração acumulada	(224,51)	(156,42)
Valor Líquido	1.860,59	1.486,86

A Resolução ANEEL nº 223, de 29/04/2003 e a Resolução Normativa da ANEEL No. 250 de 13/02/2007, que estabeleceram as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e, visaram o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 de Lei nº 10.438, de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tais fatores já têm diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores nos exercícios apresentados.

Apesar da Agência Reguladora (ANEEL) ter recepcionado a aplicação do CPC 27 pelo Despacho nº 4.722/2009, corroboramos com o entendimento da mesma no que no que tange a não aplicação de uma referência feita no ICPC 10, no sentido que o valor residual e a vida útil de uma ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil. Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Tal fato se dá por ser competência do Agente Regulador além de determinar estudos de vida útil do bens do Agente, promove ações coordenadas de avaliação (VNR) a cada 4 anos no Processo de Revisão Tarifária Periódica.

11 Diferido

Em 1º de janeiro de 2008 entrou em vigor a Lei 11.638/07, com alterações posteriores, a qual alterou substancialmente o previsto na Lei 6.404/76. Em razão destas mudanças, ratificadas pela ANEEL, os valores constantes no Grupo Diferido que não possam ser reclassificados para outro grupo de ativos, devem ser baixados. Por essa razão, não possuímos mais saldo neste Grupo.

12 Fornecedores

	Legislação societária	
	2011	2010
Elektro Eletricidade e Serviços S.A	237,99	279,69
Bandeirante Energia S.A	422,65	199,25
Proinfa	113,63	70,09
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	774,27	549,03
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	0,00	0,00
Sub Total - Materiais e Serviços	0,00	0,00
Total	774,27	549,03

13 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Circulante		Longo Prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2011	2010
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Eletrobrás Luz para Todos	49,94	0,00	630,70	680,64	500,93
Banco VW	38,07	0,00	59,31	97,38	135,46
Total	88,01	0,00	690,01	778,02	582,54

14 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2011 e 2010.

	Legislação Societária	
	2011	2010
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	16,48	4,12
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	35,43	13,49
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC 0,30%	3,44	3,63
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,94	1,93
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	26,09	17,08
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	66,41	16,29
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	44,48	26,04
Total	195,27	82,58

15 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CEDRAP não possui Tributos e Contribuições contabilizados no Passivo a Longo Prazo.

16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, a CEDRAP possuía o valor de R\$ 23,53 mil de Imposto de Renda e o valor de R\$ 8,68 mil de Contribuição Social.

17 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação Societária					
	2011			2010		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	16,12	0,00	0,00	16,12
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

- **Contingências Trabalhistas**

Não há provisão para contingências trabalhistas na CEDRAP no exercício de 2010 e anteriores.

- **Contingências Fiscais**

Não há provisão para contingências fiscais na CEDRAP no exercício de 2010 e anteriores.

18 Patrimônio Líquido
Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 representa R\$ 3.310,57 (Reais/mil), sendo composto por 3.310.572 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Associados	3.310.572	100,0000
TOTAL	3.310.572	100,00

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2011	2010
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
Sub Total	-	-
Total da Reserva de Capital	-	-

Reservas de Lucros

	Legislação Societária	
	2011	2010
Reserva legal	6.255,78	1.644,86
RATES	2.116,29	186,61
Reserva de Desenvolvimento	436,59	328,32
Reserva de Contingencia	-	111,97
Reserva de Reavaliação	-	3.030,78
Lucros Acumulados a disposição da AGO	703,78	1.788,04
Capital social	3.310,57	3.291,86
Sub Total	12.823,01	10.382,44
Total das Reservas	12.823,01	10.382,44

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2011 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

19 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Durante houve Juros sobre o Capital Próprio no exercício de 2011, porém a título de Dividendos os Sócios optaram pela distribuição de 536,41 R\$/mil neste exercício.

20 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de consumidores		MWh		Legislação Societária	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Consumidores						
Residencial	3.239	1.719	3.693,88	2.543,46	1.832,76	1.283,95
Industrial	20	16	16.866,84	13.329,00	5.058,36	4.206,70
Comercial	187	147	3.056,31	2.717,70	1.439,54	1.351,46
Rural	1.262	1.142	5.880,64	5579,70	1.577,98	1.555,33
Poder público	33	28	174,07	150,27	73,26	66,41
Iluminação pública	5	3	513,14	368,85	133,61	101,32
Serviço público	10	3	172,00	90,12	68,44	37,09
Consumo próprio	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Sob total	4.756	3.058	30.356,88	24.809,10	10.183,95	8.602,26
Revendedores						
Suprimento	0	0	0	0	0,00	0,00
Suprimento - curto prazo	0	0	0	0	0,00	0,00
Sob total	0	0	0	0	0,00	0,00
Total	4.756	3.058	30.356,88	24.809,10	10.183,95	8.602,26

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS.

21 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2011 e 2010 a CEDRAP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

22 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2011	2010	Reais Mil	
	2011	2010	2011	2010
Elektro Eletricidade e Serviços S.A	9.717	8.859	237,99	274,69
Bandeirante Energia S.A	21.444	14.157	422,65	199,25
PROINFA	434	268	113,63	70,09
Total	31.595	23.284	774,27	544,03

23 Despesas Operacionais

	Legislação Societária	
	Despesas Operacionais	
	2011	2010
Pessoal		
Remunerações	1.771,29	1.762,53
Encargos Sociais	674,01	370,47
Auxílio Alimentação	184,07	111,66
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00
Participação no Resultado	0,00	0,00
(-) Transferência para Imobilização em Curso	(18,32)	(90,99)
Auxílio Estudante	0,00	0,00
Outros Benefícios	185,07	97,76
Total Pessoal	2.796,12	2.251,43
Material	416,44	383,72
Serviço de Terceiros	989,90	587,54
Arrendamentos e Aluguéis	0,00	0,00
Depreciação e Amortização	519,84	462,75
Provisões	114,14	270,92
Outras		
Energia Comprada para Revenda	660,64	247,02
Taxa de Fiscalização	28,24	18,47
Tributos	41,66	68,7
Outras	178,36	266,88
Total Outras	908,90	601,34
Total Geral	5.745,34	4.557,70

24 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil n°. 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM n°. 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

Legislação societária

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2011	2010
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	134,15	20,83	0,00	154,98	42,06
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	134,15	20,83	0,00	154,98	42,06
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	134,15	20,83	0,00	154,98	42,06

25 Resultado Não Operacional

	Legislação societária	
	2011	2010
Receitas não Operacionais	81,47	89,35
Prejuízo na desativação de bens e direitos	(6,92)	(22,31)
Prejuízo na alienação de bens e direitos	-	-
Outras despesas não operacionais	(59,90)	(31,04)
Sub Total (Despesas não Operacionais)	(66,82)	(53,35)
Resultado não Operacional	14,65	36,00

26 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

Não existiu reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício e nem em anteriores:

27 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2011.

28 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CEDRAP como: Seguro de Vida e Convênio Médico. Plano Previdenciário não foi implantado no exercício de 2011.

29 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas no exercício de 2011 e 2010.

30 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2011 e 2010, exceção feitas a aplicações a curtíssimo prazo, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

31 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2011, as Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

Balanco Patrimonial	Legislação societária					
	Em 31 de dezembro de 2010					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
ATIVO	0,00	0,00	6.790,88	8.452,39	0,00	15.243,27
Circulante	0,00	0,00	2.471,70	3.076,44	0,00	5.548,14
Numerário disponível	0,00	0,00	19,14	23,82	0,00	42,96
Aplicações no merc. aberto	0,00	0,00	1.076,70	1.340,14	0,00	2.416,84
Consumidores, concessionárias e permissionárias	0,00	0,00	1.146,97	1.427,60	0,00	2.574,57
Rendas a receber	0,00	0,00	23,99	29,87	0,00	53,86
Devedores diversos	0,00	0,00	200,10	249,05	0,00	449,15
Outros Créditos	0,00	0,00	22,91	28,51	0,00	51,42
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	0,00	0,00	(105,16)	(130,89)	0,00	(236,05)
Serviços em curso	0,00	0,00	98,16	122,18	0,00	220,34
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estoque	0,00	0,00	67,18	83,62	0,00	150,80
Desativações em curso	0,00	0,00	(78,31)	(97,46)	0,00	(175,77)
Despesas pagas antecipadamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Não-Circulante	0,00	0,00	4.319,18	5.375,95	0,00	9.695,13
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	69,31	86,28	0,00	155,59
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda e contrib. social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00	7,18	8,94	0,00	16,12
Outros créditos	0,00	0,00	62,13	77,34	0,00	139,47

Receita (despesa) financeira	0,00	0,00	152,71	123,38	0,00	276,09
Renda de aplicação financeira	0,00	0,00	269,55	47,63	0,00	317,18
Variação monetária acréscimos moratório – energia vendida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação monetária e acréscimos moratório – energia comprada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	(116,84)	75,75	0,00	(41,09)
Resultado operacional	0,00	0,00	572,01	2.418,02	0,00	2.990,03
Receita não operacional	0,00	0,00	81,47	0,00	0,00	81,47
Despesas não operacional	0,00	0,00	(66,91)	(6,16)	0,00	(73,07)
Sobra (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	0,00	0,00	586,57	2.411,86	0,00	2.998,43
Contribuição social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobra líquida (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	586,57	2.411,86	0,00	2.998,43
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobra (prejuízo) antes do item extraordinário	0,00	0,00	586,57	2.411,86	0,00	2.998,43
Item extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobra (prejuízo) do exercício	0,00	0,00	586,57	2.411,86	0,00	2.988,43
Reserva Legal – 20%	0,00	0,00	(117,31)	(482,37)	0,00	(599,68)
R.A.T.E.S – 5%	0,00	0,00	(29,33)	(120,59)	0,00	(149,92)
Reserva de Desenvolvimento - 10%	0,00	0,00	(58,66)	(241,18)	0,00	(299,84)
Sobra (prejuízo) líquida a Disposição da AGO	0,00	0,00	381,27	1.567,72	0,00	1.948,99
Lucro (prejuízo) por ação – R\$	0,00	0,00	0,11	0,47	0,00	0,58

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

A conciliação da demonstração de Ativo/Passivo foi realizada pela proporção do Resultado Operacional de cada uma das Unidades de Negócio.

Todos os grupos (Ativo/Passivo e Resultado) estão totalmente conciliados com a demonstração geral da Empresa, não havendo diferenças a demonstrar.

As Receitas e Despesas Operacionais já foram contabilizadas em cada Unidade de Negócio, tendo esses já absorvidos o rateio da Administração Geral realizado mensalmente pela Empresa.

32 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CEDRAP não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2010 e 2011.

33 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

<i>BEM SEGURADO</i>	<i>RISCO</i>	<i>DATA DE VIGÊNCIA</i>	<i>IMPORTÂNCIA SEGURADA</i>	<i>PRÊMIO</i>
<i>VEICULOS - FROTA</i>	<i>Casco, Danos Materiais, Danos Corporais E APP por Morte e Invalidez</i>	<i>Varias</i>	<i>Valor referenciado de Mercado</i>	<i>R\$ 24.520,98</i>

34 Eventos Subseqüentes**Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante**

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais já tiveram reflexo no encerramento deste Exercício e influenciarão o próximo exercício que ora se inicia. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL, Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL e Resolução 396/2010. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a amortização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4o, trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL No. 4722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê

de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 2010 a ANEEL publicou a Resolução 396/2010 que veio oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórias. Tal determinação já é visível nos demonstrativos elaborados pela CEDRAP com a edição dos quadros Ativo, Passivo e DRE Regulatório e Ativo, Passivo e DRE Societário.

Para o encerramento do exercício de 2011, a SFF/ANEEL, determinou através do Despacho 4.991/2011, a introdução de novos quadros para a publicação do Ativo, Passivo e DRE Regulatórios, bem como determinou a publicação de 13 Notas Conciliatórias, afim de demonstrar os ajustes efetuados entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária. Porém através do Ofício Circular nº 364/2012 – SFF/ANEEL, desobrigou as concessionárias e permissionárias para o exercício de 2011 da publicação das Demonstrações Contábeis Regulatórias, ficando apenas a obrigação de disponibilizar as informações no sítio da empresa, conforme Resolução ANEEL nº 396 de fevereiro de 2010.

35 Racionamento de Energia Elétrica

Não houve nos exercícios de 2011 e 2010 intervenções governamentais ou de outra natureza que nos levasse a efetuar racionamento de energia elétrica. A CEDRAP tem trabalhado incansavelmente na educação da nova geração, pelo uso consciente da energia, contribuindo para evitar-se um futuro racionamento.

36 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2011, a Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004) e demais treinamentos pertinentes.

Mantém convênios com Planos de Saúde, bem como distribui Vale Alimentação e cestas natalinas para cada colaborador.

Responsabilidade Social

No período Natalino a CEDRAP, auxilia Prefeitura Municipal de Paraibuna, com fornecimento de caminhão cesto e mão de obra, na instalação da iluminação natalina da cidade e também cede o pátio de sua sede social para realização da Missa em homenagem a São Benedito, e para instalação de barracas e brinquedos para atender a toda a população local, por ocasião da comemoração religiosa.

CIPA CEDRAP

Os membros da CIPA na CEDRAP abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc. Fazem-se reuniões mensais, realizadas no Auditório da CEDRAP, acompanhadas por um Técnico em Segurança do Trabalho, e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança.

**Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba
CNPJ nº 60.196.987/0001-93
Demonstração do Balanço Social – 2011 e 2010
(Valores expressos em milhares de Reais)**

1 – Base de Cálculo			2011	2010	
Receita Líquida (RL)			8.459,33	7.062,65	
Lucro Operacional (LO)			2.713,96	2.504,94	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			2.796,15	2.164,40	

2 – Indicadores Sociais Internos	% sobre 2011			% sobre 2010		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação – Auxílio alimentação e outros	184,07	6,58%	2,18%	139,55	6,45%	1,98%
Encargos sociais compulsórios	561,82	20,09%	6,64%	566,83	26,19%	8,03%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde – Convênio assistencial e outros benefícios	100,09	3,58%	1,18%	78,91	3,65%	1,12%
Segurança no trabalho – CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação – Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	26,31	0,94%	0,31%	5,84	0,27%	0,08%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale transporte – excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros benefícios	14,52	0,52%	0,17%	32,56	1,50%	0,46%
Total	886,81	31,72%	10,48%	823,69	38,06%	11,66%

3 – Indicadores Sociais Externos	% sobre 2011			% sobre 2010		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total contribuição para sociedade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Tributos – excluídos encargos sociais	390,97	14,41%	4,62%	611,10	24,40%	8,65%
Total	390,97	14,41%	4,62%	611,10	24,40%	8,65%

4 – Indicadores Ambientais	% sobre 2011			% sobre 2010		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica – Fauna e Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa social de eletricidade rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede compacta ou linha verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de eletrificação para população carente – PEE	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial – P&D	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Museu ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade livre do meio ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa especiais / projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

5 – Indicadores do corpo funcional	2011	2010
	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	59	49
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	15	13
Ensino médio	26	18
Ensino fundamental	18	18
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	15	11
De 30 até 45 anos (exclusive)	16	19
Acima de 45 anos	28	19
Admissões durante o período	10	10
Mulheres que trabalham na empresa	5	6
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação n° total mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação n° total gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	2	2
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n° total negros	0	0
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n° total gerentes	0	0
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	62	57

6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18,00	17,00
--	-------	-------

37 Atividades Não Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

A CEDRAP não possui ou desenvolve nenhuma atividade não vinculada a sua Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.



38 Análise Econômica Financeira**38.1 Informações Gerais**

O desempenho Econômico-Financeiro da CEDRAP refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, sendo que, ao término do exercício de 2011, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício 2011, atingiu um montante de R\$ 11.439,39 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 29,25% que foi de R\$ 8.850,26 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2011 foi de 4.756, já em 2010 foi de 3.058 ocasionando um aumento de 55,53% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2011 importou em R\$ 2.796,15 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 1.952,48 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 43,21% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais – As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2011, foi de R\$ 2.576,08 (Reais/mil), superior em 26,42% à do ano anterior que foi de R\$ 2.037,73 (Reais/mil).

Despesa não Operacional – As Despesas não Operacionais no exercício de 2011, foi de R\$ 73,07 (Reais/mil), e no exercício de 2010 foi de R\$ 53,35 (Reais/mil), portanto 36,96% superior ao ano anterior.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2011, importou em R\$ 235,93 (Reais/mil), enquanto que no exercício de 2010, importou em R\$ 209,90 (Reais/mil), 12,40% superior ao ano anterior

38.2 Análise Econômica - Financeira

Dados básicos e siglas para análise abaixo.

AC – Ativo Circulante	AD – Ativo Disponível	E – Estoque
RLP – Realizável Longo Prazo	AP – Ativo Permanente	AT – Ativo Total
IM – Imobilizado em Serviço	LB – Lucro Bruto	LO – Lucro Operacional
LL – Lucro Líquido	CMB – Corr. Monet. Balanço	PC – Passivo Circulante
ELP – Exigível Longo Prazo	REF – Result. Exerc. Futuro	PL – Patrimônio Líquido
CS – Capital Integralizado	ADC – Adto p/ Aumento Capital	VB – Vendas Brutas
DEP – Desp. Equiv. Patrimonial	REP – Rec. Equiv. Patrimonial	DD – Despesa Depreciação

Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com as fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

COEFICIENTES	FÓRMULA	UNID.	2011	2010
1- LIQUIDEZ				
Corrente ou comum	AC/PC	R\$	3,20	7,02
Seca	(AC-E)/PC	R\$	3,12	6,99
Absoluta	AD/PC	R\$	1,42	4,96
Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	R\$	2,56	3,84
2 – LUCRATIVIDADE				
Bruta s/ venda	(LB/VB)x100	%	30,00	38,79
Operacional s/ venda	(LO/VB)x100	%	25,79	31,56
Líquida s/ venda	(LL/VB)x100	%	25,86	31,08
Líquida s/ capital	(LL/CS)x100	%	89,36	83,00
Líquida s/ patrimônio líquido	(LL/PL)x100	%	23,07	26,49
3 – RENTABILIDADE				
Retorno líquido s/ investimento	(LL/AT)x100	%	19,41	23,81
4 – ENDIVIDAMENTO				
Recursos de 3º no investimento	[(PC+ELP-ADC)/AT]x100	%	15,88	10,46
Recursos próprios no investimento	[(PL+REF+ADC)/AT]x100	%	84,12	89,87
5 – INVESTIMENTO				
Capital fixo aplicado	(AP/AT)x100	%	63,60	62,16
Capital risco aplicado	[(AC+RLP)/AT]x100	%	36,40	37,84
6 – GARANTIAS				
Reais s/ capital	(IM/CS)x100	%	273,27	207,79
Totais s/ capital	(AP/CS)x100	%	292,85	218,16
7 – CAPITAL GIRO PRÓPRIO				
Capital de giro	(AC-PC)/1.000	R\$	3,82	3,75

* Valores expressos em Reais/Mil.

39 Empreendimentos em Conjuntos

A CEDRAP não possui empreendimentos em conjunto, exceção feita ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que é realizado de forma cooperada com outras empresas do Setor Elétrico, através do projeto denominado: Sistema Híbrido de Detecção e Localização de Falhas Permanentes em sistema de Distribuição Urbanos e Rurais: Desenvolvimento Metodológico, Implementação e Projeto Piloto (código ANEEL – 5381), com desenvolvimento previsto em 36 meses (até setembro de 2013), conforme quadro demonstrativo abaixo:

Código ANEEL	Empresa	CNPJ	Recurso R\$/Mil
5379	CETRIL	49.313.653/0001-10	160,00
6609	CERNHE	53.176.038/0001-86	19,00
5386	CERIM	50.235.449/0001-07	85,00
5366	CEDRI	50.105.865/0001-90	24,00
5378	CERIPA	49.606.312/0001-32	140,00
6610	CERMC	52.548.732/0001-14	48,00
5384	CERPRO	44.560.381/0001-39	27,00
5385	CERRP	45.598.678/0001-19	62,00
5382	CERIS	57.384.943/0001-82	32,00
5363	CERGAL	86.449.170/0001-73	34,00
4248	CERAL-DIS	10.532.365/0001-10	26,00
0088	EFLJC	86.301.124/0001-22	52,00
5374	CERES	31.465.487/0001-01	41,00
2904	COOPERALIANÇA	83.647.990/0001-81	340,00
5381	CEDRAP	60.196.987/0001-93	57,00
0086	EFLUL	86.531.175/0001-40	281,94

40 Demonstração do Fluxo de Caixa**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA****CNPJ Nº 60.196.987/0001-93****Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	9.858,06	8.897,09
Pagamentos a Fornecedores	(5.412,20)	(2.637,28)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(586,41)	(496,14)
Salários e Encargos Sociais	(2.307,02)	(2.087,38)
Caixa Gerada pelas Operações	1.552,43	3.676,29
Encargos Setoriais	(728,79)	(563,58)
Juros Pagos	(73,73)	(27,75)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS)	(516,70)	(118,35)
Tributos Estaduais (ICMS)	(1.501,62)	(1.106,44)
Tributos Municipais (COSIP e ISSQN)	(6,63)	(7,36)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	(1.275,04)	1.852,81
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	(5,28)	(4,26)
Associações e Convênios	0,00	0,00
Viagens	(24,20)	(12,94)
Outras Receitas	20,64	(19,99)
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>(1.283,88)</i>	<i>1.815,62</i>
Fluxo da Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	0,00	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	0,00	0,00
Juros Recebidos	0,00	0,00
Títulos de Capitalização	0,00	0,00
Dividendos Recebidos	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida Usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>0,00</i>	<i>0,00</i>
Fluxo de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimos a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,00
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	311,70	167,79
Recebimentos de Empréstimos	508,20	0,00
Pagamentos de Empréstimos	(89,36)	0,00
Cheques Devolvidos	0,00	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(72,21)	(55,80)
Outras Devoluções	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida Usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>658,33</i>	<i>111,99</i>
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	(625,54)	1.927,61
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo no Período	3.085,35	1.157,74
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	2.459,81	3.085,35
Variação pelo Caixa	(625,54)	1.927,61

41 Demonstração do Valor Adicionado - DVA**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA****CNPJ Nº 60.196.987/0001-93****Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Legislação Societária	
	2011	2010
Receitas	10.880,91	8.613,85
Venda de energia e serviço	10.911,70	8.850,26
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39,18)	(272,41)
Resultado não operacional	8,40	36,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.390,21)	(1.674,79)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos consumidos	(209,59)	(147,52)
Material e serviços de terceiros	(2.180,61)	(1.527,27)
(=) Valor adicionado bruto	8.490,71	6.939,06
(-) Quotas de reintegração	(519,84)	(468,46)
(=) Valor adicionado líquido	7.970,87	6.470,60
(+) Valor adicionado transferido	390,91	225,11
Receitas (Despesas) financeiras	390,91	225,11
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	8.361,78	6.695,71
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	2.366,91	1.711,12
Remunerações	1.492,54	1.373,94
Encargos sociais (exceto INSS)	134,23	154,38
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	184,07	139,55
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	46,62
Convênio para gratificação	183,06	117,31
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(17,96)	(120,68)
Provisão trabalhista	390,97	0,00
Governo	2.881,60	2.218,55
INSS (sobre folha de pagamento)	427,59	412,45
ICMS	1.606,68	1.330,95
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS, COFINS, encargos setoriais e outros)	847,34	475,15
Financiadores	154,98	15,21
Juros e variações cambiais	154,98	15,21
Aluguéis	0,00	0,00
Acionistas	2.958,29	2.750,83
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	2.958,29	2.750,83
Valor adicionado (médio) por empregado	144,17	136,65

42 Compensação da Variação de Custos da Parcela A

Conta de Compensação e Variação de Valores de itens da parcela “A” – CVA: registra as variações ocorridas entre os valores previstos por ocasião dos reajustes tarifários e os valores efetivamente pagos ao longo do ano tarifário dos seguintes itens: Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia – PROINFA e Reserva Global de Reversão – RGR.

	2011	2010
CVA CCC	0,00	12,86
CVA CDE	0,00	(0,02)
CVA PROINFA	0,00	4,88
CVA RGR	0,00	39,02
Total	0,00	56,74

43 Créditos Fiscais

Encerramos o exercício de 2011 controlando os impostos antecipados e compensáveis. Com relação ao ICMS, controlamos a parcela compensável em 48 avos sobre bens imobilizados, no curto e no longo prazo, conforme demonstrativo abaixo:

	Curto Prazo	Longo Prazo
ICMS SOBRE AIS	92,48	139,47
Tributos Recuperáveis (R\$/Mil)		
IRRF		257,15
CSLL		99,28
IRRF PF		1,17

44 Instituição do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de Informações Econômicas e Financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do Setor. Tal Manual tem sido constantemente atualizado e revisto pela SFF/ANEEL e atualmente, denominou-se Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

45 Ativo Regulatório

A CEDRAP não possui ativos regulatórios.

46 Passivo Regulatório

Destacamos a escrituração de passivo regulatório, cuja descrição e saldos em dezembro de 2011 são:

- Neutralidade CCC 2010/2011	R\$ 131,20
- Neutralidade CCC 2011/2012	R\$ 32,14
- Neutralidade CDE 2010/2011	R\$ 166,12
- Neutralidade CDE 2011/2012	R\$ 23,49
- Neutralidade Proinfra 2010/2011	R\$ 82,64
- Neutralidade Proinfra 2011/2012	R\$ 10,37
- Neutralidade RGR 2010/2011	R\$ 40,11
- Neutralidade RGR 2011/2012	R\$ 15,19
- Neutralidade TFSEE 2010/2011	R\$ 18,78
- Neutralidade TFSEE 2011/2012	R\$ 2,88

47 PIS e COFINS

A CEDRAP fatura diretamente aos seus consumidores o PIS e COFINS, conforme legislação, portanto, estes impostos não fazem mais parte da tarifa publicada. Informamos também, que não possuímos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de Ativo Imobilizado neste exercício e, em anteriores.

48 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Como a CEDRAP ainda não passou por nenhuma Revisão Tarifaria, não há Diferimento de Tarifas.

49 Energia Livre

A CEDRAP está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude do seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com as Concessionárias Bandeirante Energia S/A e Elektro – Eletricidade e Serviços S/A., conforme instruções do Órgão Regulador.

50 RTE

A CEDRAP, por não ter sido afetada diretamente pelo racionamento de energia elétrica, não teve direito à edição de RTE, justificando assim a não divulgação destes dados.



51 Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CEDRAP, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido o serviço de “Poda de Árvores” que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais. Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em Curso.

52 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda.

53 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica / Eficiência Energética (P & D e PEE)

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o art. 1º da Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, as Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição, Transmissão ou Geração de Energia Elétrica, as Permissionárias de Serviços Públicos e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificadas e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. O Manual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico estabelece as diretrizes e orientações para a elaboração de projetos de P&D, onde estes deverão estar pautados pela busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. A pesquisa empresarial no setor de energia elétrica deverá ter metas e resultados previstos bem definidos, porque é diferente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação. A ANEEL é responsável pela avaliação e fiscalização da execução dos projetos para reconhecimento dos investimentos realizados. Em relação aos Programas de Eficiência Energética – PEE, conforme dispõe a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida, segundo regulamentos da ANEEL. O objetivo desses programas é demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso, busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito desses programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica. O Manual dos Programas de Eficiência Energética é um guia determinativo de procedimentos dirigido às Empresas, para elaboração e execução do PEE regulados pela ANEEL. Definem-se no Manual, a estrutura e a forma de apresentação dos projetos, os critérios de avaliação e de fiscalização e o tipo de projetos que podem ser realizados com recursos do PEE. Apresentam-

se, também, os procedimentos para contabilização dos custos e apropriação dos investimentos realizados.

Em relação aos investimentos realizados pela CEDRAP até 31 de dezembro de 2011, o passivo corrigido a investir apresenta-se a seguir:

Programa	Saldo 2010	Saldo 2011
- P&D	R\$ 22,44	R\$ 41,06
- FNDCT	R\$ 2,41	R\$ 2,28
- MME	R\$ 1,20	R\$ 1,14
- PEE	R\$ 16,29	R\$ 66,41

54 Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

A CEDRAP esta fazendo a universalização em sua área de permissão pelo Programa Luz para Todos.

55 Ganhos Contingentes

A CEDRAP não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

56 Cronograma de Ações para atendimento à implementação do MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico

A CEDRAP está no processo de finalização dos trabalhos para a implantação do MCPSE.

57 Notas Explicativas Não Divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuírem movimentação, sendo:

- TUSD/Must Auto Produtor e Consumidor Livre
- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Comodato;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Debêntures;
- Programa de desestatização;
- RAP – Receita Anual Permitida;

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.



58 PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas Renováveis na Produção de Energia Elétrica

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu artigo 3º alterado pelo artigo 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.899, de 25 de junho de 2004, institui o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, em seu artigo 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA. Para tanto, segundo o disposto nos artigos 12 a 14 e 16, fixa as seguintes diretrizes:

1. A ANEEL deverá estabelecer quotas de custeio e de energia a cada um dos agentes do SIN que comercializem energia com consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD relativas a consumidores livres;
2. O cálculo de tais cotas deve ser baseado no Plano Anual do PROINFA – PAP, a ser elaborado pela ELETROBRÁS e encaminhado para a ANEEL, até 30 de outubro de cada ano para homologação;
3. As quotas devem ser estabelecidas proporcionalmente ao consumo verificado, de modo a não acarretar vantagens nem prejuízos à ELETROBRÁS, e pagas até o dia 10 do mês anterior ao de referência;
4. A partir do 2º ano o PAP deve levar em consideração alteração do mercado consumidor, de preços e dos montantes de energia contratados, a inadimplência, e os montantes de energia efetivamente gerados no âmbito do PROINFA.

59 Investimento Remunerável

A CEDRAP não possui valor para o Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual é calculada a remuneração, bem como o AIS que gera a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, em decorrência de ainda não ter passado pela primeira Revisão Tarifária, tendo sua tarifa fixada pela ANEEL através do sistema denominado SINCOOR.

60 Revisão Tarifária Periódica

A CEDRAP vai passar pela primeira revisão tarifária no ano de 2012, tendo no ano de 2010 e 2011, sofridos apenas Reajuste Tarifário, que foram homologados pela ANEEL.

61 Reajuste Tarifário

No dia 28 de agosto de 2011, foi homologado à CEDRAP, o seu Reajuste Tarifário.

**62 Investimento Remunerável**

A CEDRAP não possui valor para o Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial), sobre o qual é calculada a remuneração, bem como o AIS que gera a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, em decorrência de ainda não ter passado pela primeira Revisão Tarifaria, tendo sua tarifa fixada pela ANEEL através do sistema denominado SINCOOR.

63 Redução da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

A CEDRAP não tem descontos concedidos sobre a TUSD/MUST.

64 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis especificam para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
Presidente

JOSÉ EDSON CARVALHO COELHO
Vice Presidente

PAULO SERGIO M. GONÇALVES
Diretor Secretário

GENÉSIO ROCHA STABILE
Diretor Adjunto

MESSIAS SILVA SANTANA
Diretor Adjunto

ANDRE ARAUJO COELHO
Contador CRC – 1SP238100/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal desta Cooperativa, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e demais peças contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Com o assessoramento de informações suplementares e explicações obtidas junto aos responsáveis operacionais e a Diretoria, procedemos a análise sistemática das operações através de verificações dos documentos, inspeções e outras investigações nas áreas de atividades operacionais e administrativas da Cooperativa, relativas ao exercício de 2011.

Baseados nos exames efetuados e no relatório dos auditores independentes, somos do parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos Senhores Associados.

Paraibuna, 31 de dezembro de 2011.



VALDEMAR ALVES DOS SANTOS

ARIOVALDO JOSE DE PALMA JUNIOR

PAULO SERGIO MIRANDA GONÇALVES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAÍBA - CEDRAP**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – CEDRAP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

**LAM**

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Bases para opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis

A cooperativa está em andamento com a implantação da Resolução ANEEL 367, que deverá ser concluído em 2012, conforme documento de prorrogação autorizada pela ANEEL. Portanto não dispõe de controles analíticos, conciliados com a contabilidade, para os bens do ativo imobilizado. Como consequência, os valores registrados no balanço são controlados por saldo de grupo de contas e as depreciações (reintegrações) são calculadas aplicando-se índices sobre os bens.

Os ajustes na contabilidade advindos de levantamentos nos registros contábeis e inventários físicos de bens, bem como a apuração da depreciação (reintegração) acumulada, não são passíveis de mensuração no momento.

Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre os saldos acumulados do imobilizado e depreciações (reintegrações) acumuladas e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Os controles analíticos do capital social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 3.310.572,66, não foi passível de confirmação. Deverão ser concluídos em 2012, advindos de levantamentos nos registros paralelos do capital social e conciliações. Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre o saldo do capital social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

**LAM****Opinião sobre as Demonstrações Contábeis**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descrito no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Contábeis essas Demonstrações Contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA - CEDRAP**, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da CEDRAP do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram por nos examinadas.

Campinas, 27 de fevereiro de 2012.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5



LAM

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA
REGIÃO DO ALTO PARAIBA – “CEDRAP”**

**Relatório de Recomendações dos Auditores
Independentes para Aprimoramentos dos
Controles Internos. “RRAI”**

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

Março / 2012

**LAM****RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES
INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTOS DOS CONTROLES
INTERNOS. "RRAI"**

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1- CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária Brasileira, no tocante ao cumprimento da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) aspectos inerentes a Lei 11638/07, de 28/12/2007 e Lei 11941/09 de 27/05/2009, em consonância quando aplicável com os normativos da CVM, conjugada com a Lei das sociedades Cooperativistas (Lei 5764/71) e Legislação Fiscal, que altera a lei das Sociedades por Ações, quando a adoção de determinadas práticas contábeis e forma de apresentação das demonstrações contábeis a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2008, Normas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, bem como pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel vinculada ao Ministério de Minas e Energia que regulamenta e fiscaliza o setor.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

Observamos a falta de um sistema de controles internos devidamente formalizado e implementado, que pudesse oferecer a segurança necessária e,

**LAM**

em conjunto com os sistemas informatizados, diminuir ou eliminar erros de cálculos, extravios, perdas financeiras e erros contábeis.

Recomendamos o desenvolvimento e a implantação de manuais de controles internos O&M e sua integração aos sistemas informatizados e contabilidade.

Sugerimos também um Manual de Cargos e Salários devidamente aprovado pela Diretoria.

2 - CAIXA

A sociedade adota um controle de caixa na forma de um Boletim Diário, que contém as operações realizadas. Os lançamentos diários do caixa são integrados à contabilidade, portanto o saldo pode ser confirmado através de levantamentos alternativos.

O caixa é conferido periodicamente por pessoas distintas as suas operações e manipulação, sistema novo adotado a partir de 2010, com Fundo Fixo.

A cooperativa possui um funcionário designado para a função de caixa.

Observamos que os funcionários responsáveis pelo manuseio direto dos numerários não possuem Carta de Fiança ou Seguro Fidelidade.

A Carta de Fiança é um instrumento jurídico importante na recuperação de possíveis desvios de valores que possam ocorrer nas dependências da cooperativa.

O Seguro Fidelidade pode ser feito em uma seguradora de confiança, que cobrirá um possível desfalque, até o montante estipulado na apólice.

Ressaltamos que a Sociedade poderá optar tanto pela Carta de Fiança, quanto pelo Seguro Fidelidade, e julgamos necessário que seja adotado uma destas formas de segurança.

3 - BANCOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos e circularizações externas, que não revelaram divergências.

**LAM**

Foi regularizado.

Sugerimos a centralização das aplicações em bancos com opções centralizadas, favorecendo o controle e gestão.

4- APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Fizemos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos e circularizações externas, que não revelaram divergências.

Sugerimos a centralização das aplicações em bancos com opções centralizadas, favorecendo o controle e gestão.

5- ESTOQUE

Não Acompanhamos os inventários físicos do estoque e do imobilizado em curso – material em depósito de 31 de dezembro de 2011, porém validamos a rubrica através de testes nos trabalhos.

6- SUCATA

Tentar a venda do saldo de sucata em 2012, e a arrecadação depositarem em conta corrente específica, seguindo a Legislação da ANEEL.

7- ALMOXARIFADO

Separar materiais de obras e manutenção, ex: transformadores, postes, fios, etc.

8- GERENCIAMENTO ALMOXARIFADO/PÁTEO

Recomendamos atribuição de responsabilidades (obras e manutenção) e sucata principalmente.

9- MATERIAL DE RETORNO

Criar local apropriado para avaliar materiais de retorno, no caso de ser ativado ou não, com a supervisão do setor técnico.

**LAM****10 - FORNECIMENTO RESIDENCIAL**

Verificamos que a contabilização desta conta requer ajustes, principalmente competência.

Foi regularizado.

11 - FORNECIMENTO RURAL

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

12 - OUTROS CRÉDITOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

13 - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado. Sugerimos melhora no sistema USEAL.

14 - ICMS A RECUPERAR - PARCELAMENTO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

15 - ICMS À CLASSIFICAR

Efetuamos o confronto contábil com os controles e detectamos um saldo a recolher em 2011.

**LAM****16 - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO**

Efetuamos o confronto contábil com os controles e apuramos que o saldo revelaram divergência.

Foi regularizado.

17 - ATIVO PERMANENTE

A cooperativa está em andamento com a implantação da Resolução ANEEL 367, que deverá ser concluído em 2012, conforme documento de prorrogação autorizada pela ANEEL. Portanto não dispõe de controles analíticos, conciliados com a contabilidade, para os bens do ativo imobilizado. Como consequência, os valores registrados no balanço são controlados por saldo de grupo de contas e as depreciações (reintegrações) são calculadas aplicando-se índices sobre os bens.

Os ajustes na contabilidade advindos de levantamentos nos registros contábeis e inventários físicos de bens, bem como a apuração da depreciação (reintegração) acumulada, não são passíveis de mensuração no momento.

Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre os saldos acumulados do imobilizado e depreciações (reintegrações) acumuladas e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

18 - CAPITAL SOCIAL

Os controles analíticos do Capital Social pertencente a cada associado, não estão atualizados, portanto não é possível no momento a confirmação dos valores registrados no Balanço.

Recomendamos um levantamento completo no cadastro de cooperados e ficha de controle do Capital Social, para efetuar sua atualização. Em 2012 está previsto a conclusão.

19 - LEI Nº 11.638/07 E 11.941/09 E PRONUNCIAMENTOS DO COMITE DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL - "CPC".

A cooperativa se enquadrou na nova Lei das Sociedades Anônimas, com regularização da ANEEL.

**LAM****20 - ICMS A RECUPERAR - PARCELAMENTO**

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

21 - FOLHA DE PAGAMENTO DIRETORES

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

22 - FOLHA DE PAGAMENTO EMPREGADOS

Encontramos diferença entre o saldo contábil e o relatório paralelo.

Foi regularizado.

23 - PENSÃO ALIMENTICIA

Sugerimos a regularização em 2012.

24 - NBC - T - 10 - NOMENCALTURA DE CONTAS

Verificamos que algumas contas do Plano de Contas da Cooperativa, não segue as normas contábeis.

Sugerimos a regularização.

25 - ORGONOGRAMA

Definir e aprovar organograma.

26 - ICMS A RECOLHER

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

**LAM****27 - FGTS**

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

28 - RECEBIMENTO NÃO IDENTIFICADO SANTANDER

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

29 - DEVOLUÇÃO PAGAMENTO INDEVIDO

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

30 - SOBRAS À DISTRIBUIR

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

31 - PROVISÃO DE 13º SALÁRIO

Efetuamos o confronto do saldo contábil, com os respectivos documentos, que revelaram divergências.

Foi regularizado.

32 - CONCLUSÃO

Com base nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA - CEDRAP**, e com base nos documentos por nós

**CAM**

inspecionados, somos de opinião que, pela falta de controles internos formalizados, parte das informações não estão subsidiada em procedimentos e registros considerados satisfatórios. Melhorar principalmente almoxarifado e pátio.

Contudo, a fim de se diagnosticar e elaborar um conjunto de controles internos da sociedade recomendamos a contratação de uma consultoria de organização e métodos (O&M), para a referida tarefa, em todos os setores da sociedade, bem como Auditoria Operacional periódica.

Melhorar procedimentos de aprovações de adiantamentos e benefícios.


Procurar deixar as normas homogenias a todos, sem exceção.

Estamos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Campinas, 27 de fevereiro de 2012.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5



LAM

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO
DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA –
“CEDRAP”**

**Relatório sobre as Mutações do Ativo
Imobilizado do Exercício Findo em 31 de
Dezembro de 2011.**

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

Abril / 2011

**LAM**

Campinas, 27 de fevereiro de 2012.

Ao
Conselho de Administração
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAIBA – “CEDRAP”**

Estivemos nas dependências da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – “CEDRAP”**, realizando trabalhos de Auditoria da Demonstração das Mutações do Ativo Imobilizado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de Auditoria e, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados na demonstração das mutações do ativo imobilizado, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

A seguir, apresentamos nosso relatório em forma longa sobre a referida demonstração das mutações do ativo imobilizado e que compreendem:

Demonstração das Mutações do Ativo Imobilizado;
Notas Explicativas da Administração; e
Relatório dos Auditores Independentes;

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

**LAM**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2011.**

Para melhor compreensão o relatório está dividido nas seguintes seções:

- I - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO**
- II - NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO**
- III - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**LAM****SEÇÃO I****COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAIBA – “CEDRAP”****Demonstração das Mutações do Ativo Imobilizado do Exercício Findo em 31 de
Dezembro de 2011. (Valores expressos em reais)**

Descrição	31/12/2010	Adições	Reduções	Transferências	31/12/2011
Distribuição	8.062.060,61	9.289.906,51	(6.461.005,72)	0,00	10.890.961,40
Linhas, Redes e Subestações	8.062.060,61	9.289.906,51	(6.461.005,72)	0,00	10.890.961,40
Imobilizado em Serviço	9.748.796,14	1.139.701,99	(4.633,52)	0,00	12.885.864,61
Imobilizado em Curso	1.023.572,42	6.147.791,85	4.988.892,52	0,00	2.682.381,75
(-) Reintegração Acumulada	(2.710.309,95)	(1.867.479,68)	2.902,67	0,00	(4.675.284,96)
Administração	454.497,51	303.634,03	(287.742,33)	0,00	470.389,21
Administração Central	454.497,51	303.634,03	(287.742,33)	0,00	470.389,21
Imobilizado em Serviço	553.535,20	136.529,52	(159.920,78)	0,00	530.143,94
Imobilizado em Curso	3.780,80	108.413,27	(61.593,41)	0,00	50.600,66
(-) Reintegração Acumulada	(102.818,49)	(66.228,14)	58.691,24	0,00	(110.355,39)
Comercialização	20.605,02	56.993,23	(38.817,74)	0,00	38.780,51
Comercialização de Energia Elétrica	20.605,02	56.993,23	(38.817,74)	0,00	38.780,51
Imobilizado em Serviço	34.493,68	1.179,00	(7.719,42)	0,00	27.953,26
Imobilizado em Curso	2.111,58	53.994,64	(28.131,32)	0,00	28.106,90
(-) Reintegração Acumulada	(16.222,24)	(2.937,00)	1.999,59	0,00	(17.259,65)
TOTAL IMOBILIZADO	8.837.163,14	9.650.533,77	(6.787.565,79)	0,00	11.400.131,12

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**SEÇÃO II****COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAÍBA – “CEDRAP”**

**Notas Explicativas à Demonstração das Mutações do Ativo Imobilizado do
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011. (Valores expressos em reais)**

1 DIRETRIZES CONTÁBEIS

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais definidas pela resolução ANEEL nº. 02/97, 44/99 e 240/06.

As obrigações vinculadas à concessão, demonstrada como retificadora do imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores, destinados à execução de empreendimentos relacionados ao fornecimento de energia elétrica cuja utilização e destino se subordinam a determinação da ANEEL.

**2 PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA IMOBILIZAÇÕES,
DEPRECIACÕES E DESATIVAÇÕES DE BENS E
INSTALAÇÕES****a.) Imobilizações**

As imobilizações são reconhecidas nos registros contábeis da Cooperativa à época de suas aquisições e são obedecidos os prazos e limites estabelecidos na Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997, que altera a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994, para que se procedam as imobilizações de obras.

As imobilizações ocorridas no exercício de 2011 estão suportadas por informações formalmente prestadas pelos setores técnicos competentes, responsável pela execução física das mesmas.

**LAM****b.) Depreciações**

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais definidas pelas resoluções ANEEL, nº 02/97, 44/99 e 240/06, conforme demonstrado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual depreciação</u>
Edificações, obras cíveis e benficatorias	2,0% a 4,0%
Máquinas e equipamentos	4,0% a 6,7%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%

Os registros contábeis são procedidos de acordo com o definido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a crédito da conta retificadora do Ativo Imobilizado e a débito das Contas de Custo / Despesa Operacional – Depreciação.

Os montantes são calculados mediante utilização de sistemas de processamentos eletrônicos de dados, sendo gerado mensalmente relatório detalhado, por conta, informando o montante mensal e acumulado das depreciações.

c.) Desativações e alienações de bens e instalações

Os critérios para apuração das desativações são os estabelecidos na Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994 e Resoluções nº 15 e nº 20 de 24 de dezembro de 1997 e de 03 de fevereiro de 1999, respectivamente.

Os valores de custo, depreciação acumulada e custos adicionais necessários à desativação ou alienação são contabilizados nas contas "Ordem de Desativação em Andamento" ou "Ordem de Alienação em Andamento". Encerrado o processo de desativação ou alienação, o órgão responsável comunica formalmente o encerramento da Ordem de Desativação – ODD ou ordem de Alienação – ODA, para os devidos registros contábeis.

**3 PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA IMOBILIZAÇÕES,
DEPRECIACÕES E DESATIVAÇÕES DE BENS E
INSTALAÇÕES**

As obras concluídas são transferidas para o Imobilizado em Serviço até o fechamento do segundo mês subsequente ao mês de sua entrada em operação,



**LAM**

para que os custos complementares sejam incluídos. Caso esse prazo seja ultrapassado e houver outros custos retardatários, esses também serão apropriados e transferidos para o Imobilizado em Serviço.

4 IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

As imobilizações em curso referem-se aos custos diretos e indiretos relativos, basicamente, as obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Cooperativa. Para fazer face à execução dos projetos, a Cooperativa conta com os recursos gerados pelas suas operações, recursos de empréstimos e financiamentos, contribuições de consumidores e outros recursos.

5 REMUNERAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

A empresa, utilizando-se da faculdade permitida pelo Manual de Contabilidade do Setor elétrico, não efetuou para o exercício de 2011 o cálculo e o respectivo registro contábil dos Juros sobre Obras em Andamento – JOA.

6 PROCEDIMENTOS DE SEGREGAÇÃO FÍSICA E CONTROLES CONTÁBEIS DOS MATERIAIS PARA REGISTRO NA CONTA 132.03.1.9.94 – MATERIAL EM DEPÓSITO

Os procedimentos e controles contábeis adotados pela Cooperativa são aqueles previstos nos tópicos específicos referentes à conta conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os estoques registrados na conta 132.03.1.9.94 – Material em Depósito foram inventariados fisicamente em dezembro de 2011, nos termos do item nº 27 das Instruções Gerais do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Os materiais comuns aos almoxarifados de obras e de manutenção são armazenados no mesmo local, sendo observada a necessária segregação física.

7 COMENTÁRIOS SOBRE AS PRINCIPAIS ALIENAÇÕES E DESATIVAÇÕES NO EXERCÍCIO

As desativações e alienações ocorridas no exercício são representadas por um pequeno número de itens individualmente não relevantes em termos de valores em relação ao ativo operacional.

**CAM****SEÇÃO III****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao
Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAIBA – “CEDRAP”**

Examinamos a demonstração das mutações do ativo imobilizado da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – “CEDRAP”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

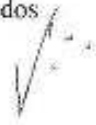
Responsabilidade da Administração sobre a Demonstração das Mutações do Ativo Imobilizado

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação da demonstração das mutações do ativo imobilizado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessa demonstração das mutações do ativo imobilizado, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essa demonstração das mutações do ativo imobilizado com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com objetivo de obter segurança razoável de que a demonstração das mutações do ativo imobilizado está livre de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados na demonstração das mutações do ativo imobilizado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos



**LAM**

riscos de distorção relevante na demonstração das mutações do ativo imobilizado, independentemente se causadas por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação da demonstração das mutações do ativo imobilizado da Cooperativa, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação da demonstração das mutações do ativo imobilizado tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as Demonstrações das Mutações do Ativo Imobilizado

Em nossa opinião sobre a demonstração das mutações do ativo imobilizado acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes as mutações do ativo imobilizado da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – “CEDRAP”** em 31 de dezembro de 2011, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais.


Outros assuntos

As demonstrações das mutações do ativo imobilizado da CEDRAP do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas.

Campinas, 27 de fevereiro de 2012.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 822/07


GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5



LAM

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO
DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA –
“CEDRAP”**

**Relatório de Procedimentos Previamente
Acordados das Demonstrações Financeiras
Regulatórias – “RAI”**

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

Março / 2012

**LAM****RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS
DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS – “RAI”**

Ao
Conselho de Administração
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAIBA – “CEDRAP”**

Aplicamos os procedimentos previamente acordados com V.Sas., a seguir descritos, determinadas no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Financeiras Regulatórias da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – “CEDRAP”** na data-base de 31 de dezembro de 2011, apresentadas nos demonstrativos anexos. O nosso trabalho foi realizado de acordo com a NBC TSC 4400, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de auxiliar V.Sas. a avaliar a adequação das Demonstrações Financeiras Regulatórias. Esses procedimentos são assim resumidos:

1 – IMOBILIZADO

1.1 Confrontamos as informações de 31/12/2011 e de 31/12/2010 do valor total regulatório por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório:

a) Saldo inicial de acordo com a Base de Remuneração homologada na última revisão tarifária:

Em 31/12/2011 e 31/12/2010, os valores do sistema de controle patrimonial referem-se ao Ativo Imobilizado em Serviço – AIS.

A Cooperativa ainda não passou pelo primeiro procedimento de revisão tarifária. De acordo com o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica assinado junto a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no exercício de 2008, a primeira revisão tarifária está prevista para a data-base julho/2012.

A Cooperativa está em fase de implantação da Resolução Normativa 367/2009 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico –

**LAM**

MCPSE, com data prorrogada para 30/4/2012 de acordo com ofício expedido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para fins da preparação das demonstrações financeiras regulatórias foi utilizado como critério transferir para ativo intangível e ativo financeiro da concessão o grupo de contas de máquinas e equipamentos, que está diretamente relacionado com a atividade da permissão. Nas demonstrações financeiras societárias foram utilizados como critério de transferência todos os grupos de bens.

b) Movimentações de baixas e depreciação destes bens da Base de Remuneração.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

c) Adições de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

d) Baixas e transferências (ocorridas a partir da última revisão tarifária) de acordo com o previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 1.2 Confrontamos as informações de depreciação / amortização por grupo de bens com os valores / saldos do sistema de controle imobilizado regulatório, confrontando saldos de 31/12/2010, movimentações de 2011 e saldos de 31/12/2011.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

Confrontamos as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores / saldos do sistema de controle imobilizado regulatório.

**LAM**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

Com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizamos testes de auditoria das movimentações de adições, baixas e transferências.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

Com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizamos testes de auditoria das movimentações de depreciação.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 1.6 Selecionamos determinados itens, de forma aleatória e testamos que a depreciação está sendo calculada com base na taxa de depreciação estabelecida pela ANEEL.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 1.7 Obtivemos evidência de que os bens estão sendo controlados seguindo as seguintes premissas: contrato de concessão, ordem de imobilização – ODI, tipo de instalação, centro modular, tipo de UC (família), UC, UAR, conta contábil e data de sua transferência (capitalização) do ativo imobilizado em curso – AIC para o ativo imobilizado em serviço – AIS.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 1.8 Obtivemos evidência de que a data de unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso, através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico / engenheiro e a data do registro contábil em ativo imobilizado em serviço.

**LAM**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 1.9 Verificamos se a permissionária mantém em arquivos os registros contábeis dos custos incorridos em cada ordem em curso relacionada às ODIs.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

2 – OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Tendo em vista que os valores mantidos pela permissionária como obrigações especiais são imateriais, com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), não realizamos testes de auditoria das movimentações de adições, baixas e/ou transferências.

3 – ATIVOS E PASSIVOS DE DIFERENÇAS DE CVA

- 3.1 Confrontamos os saldos de CVA de contas de ativo e passivo na data-base da última revisão ou reajuste tarifário com os montantes homologados pela ANEEL.

A Cooperativa ainda não passou pelo primeiro procedimento de revisão tarifária. De acordo com o Contrato de Permissão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica assinado junto a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no exercício de 2008, a primeira revisão tarifária está prevista para a data-base julho/2012. A Cooperativa não possui compensação de variação de Custos da Parcela A – CVA, porém apresenta ativos e passivos de controle da neutralidade da Parcela A.

- 3.2 Testamos as maiores constituições de ativos e passivos regulatórios.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 3.3 Testamos as maiores atualizações monetárias de saldos.

**LAM**

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

4 – DEMAIS SALDOS DE CONTAS DE ATIVO, PASSIVO E RESULTADO

- 4.1 Além dos procedimentos específicos para os temas acima detalhados, para as demais contas do ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação as práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, consideramos os saldos das demonstrações contábeis societárias.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

- 4.2 Para os saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, com base na materialidade planejada para o processo de auditoria das demonstrações financeiras societárias (NBC TA 320 Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria), realizamos testes de auditoria da mensuração e movimentação de saldos.

Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação do procedimento.

Nosso relatório foi preparado como resultado da aplicação dos procedimentos previamente acordados e para o uso restrito da Administração da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – “CEDRAP”**, e entendemos que será encaminhado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, conforme definido entre as partes, em atendimento a Resolução nº 396/2010 e não deve ser divulgado a terceiros sem o nosso prévio consentimento.

Considerando que os procedimentos acima não se constituem em um trabalho de auditoria ou de revisão limitada conduzido de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil, não expressamos qualquer asseguração sobre as Demonstrações Financeiras Regulatórias em 31 de dezembro de 2011.

**LAM**

Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou realizado uma auditoria ou revisão das demonstrações contábeis de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil (NBC TAs ou NBC TRs), outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.

O nosso relatório destina-se exclusivamente à finalidade descrita no primeiro parágrafo deste relatório e a informar V.Sas. não devendo ser utilizado para qualquer outro fim ou distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência de, ou que não tenham concordado com, os procedimentos acima. Este relatório está relacionado exclusivamente com as contas e itens acima especificados e não se estende às demonstrações financeiras da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – “CEDRAP”**, tomadas em conjunto.

Campinas, 27 de fevereiro de 2012.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 148031/O 5



CNPJ 60.196.987/0001-83

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO
DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA
EMPRESA CERTIFICADA ISO 9001:2008**

INSC. ESTADUAL 504.005.897.116

E-MAIL cedrap@terra.com.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
1ª, 2ª E 3ª CONVOCAÇÕES**

O presidente da Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP, convoca os cooperados em condições de votar, para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 24 de março de 2012, às 9:00 horas em sua sede social, à Rua Major Santana, 107-Paraibuna-SP, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) de seus associados, ou em segunda convocação às 10:00 horas, com a metade mais um dos associados, ou ainda, em terceira convocação às 11:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem exclusivamente sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA:

01- Prestação de contas do exercício de 2011, compreendendo:

- A) Relatório da Diretoria,
- B) Balanço Patrimonial;
- C) Demonstração do Resultado;
- D) Parecer do Conselho Fiscal;


02- Destinação do Resultado do Exercício de 2011;

03- Fixação da representação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

04- Eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e respectivos suplentes,

Outrossim, para efeitos legais e estatutários (quorum), comunicamos que o número de cooperados inscritos até esta data, é de 3.334 bem como as deliberações da Assembléia somente poderão versar sobre os assuntos constantes na Ordem do Dia do Edital de Convocação e os que com eles tiverem direta e imediata relação.

Paraibuna, 09 de março de 2012.


**BRAZ SEBASTIÃO BARRETO CALDERARO
PRESIDENTE**



Cópia autêntica da Ata da Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba. Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e doze, em sua sede social, a Rua Major Santana, 107, Vila Modesto, nesta cidade de Paraiibuna – SP, realizou – se em terceira convocação a Assembleia Geral Ordinária desta cooperativa, com a presença de 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) associados, conforme constam em folhas de listas de presença. Dando por iniciado dos trabalhos, o Sr Braz Sebastião Calderaro, Diretor Presidente, convidou para fazer parte da mesa os senhores Diretores presentes, sendo que não compuseram a mesma os Diretores Genésio Rocha Stabile e Antonio Claudin Carvalhal Carneiro, e mim Custodio Mendes Mota, Diretor Secretario, convidando ainda, o Sr. Antonio Carlos Camargo, gerente Administrativo da Cedrap, ajudar na coordenação dos trabalhos, e o contador André Araujo Coelho. Iniciada a reunião o Sr. Presidente solicitou a mim que fizesse a leitura do Edital de Convocação, publicado no jornal “o Vale”, edição de 10 de março de 2012. Edital este, distribuído aos associados através de circulares, Informativo da CEDRAP, carro de som e afixado nas principais dependências de sua sede, cujo teor é o seguinte: “Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba – Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária – 1ª, 2ª e 3ª Convocações – O Presidente da Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba – CEDRAP, Convoca os cooperados em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 24 de março de 2012, às 9:00 horas em sua sede social, à Rua Major Santana, 107 – Paraiibuna – SP, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) de seus associados, ou em segunda convocação às 10:00 horas, com a metade mais um dos associados, ou ainda, em terceira convocação às 11:00 horas, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem exclusivamente sobre o seguinte: Ordem do Dia: 01) Prestação de contas do exercício de 2011, compreendendo: A) Relatório Anual da Administração; B) Balanço Patrimonial; C) Demonstração do Resultado; D) Parecer do Conselho Fiscal; 02) Destinação do Resultado do Exercício de 2011; 03) Fixação da representação dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e respectivos suplentes. 04) Eleição dos Membros do Conselho de Administração e Fiscal e respectivos suplentes. Outrossim, para efeitos legais e estatutários (quorum), comunicamos que o número de cooperados inscritos até esta data, é de 3.334 bem como as deliberações da Assembleia somente poderão versar sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia do Edital de Convocação e os que com ele tiverem direta e imediata relação. Paraiibuna 08 de março de 2012.” Terminada a leitura o Sr Presidente passou a apresentação do item “01” da Ordem do Dia, qual seja: Prestação de Contas do exercício de 2011. Isto posto, iniciou a apresentação do relatório da diretoria, fazendo a leitura da mensagem da diretoria e solicitou ao Sr. Antonio Carlos Camargo que fizesse a leitura do restante do Relatório da Diretoria, no que foi prontamente atendido. Em seguida solicitou ao Sr André Araujo Coelho, contador responsável pela Cedrap, que fizesse a leitura do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado. O Sr Antonio Carlos Camargo, fez a leitura do Parecer do Conselho Fiscal e o Auditor Guilherme Pereira Mendes, fez a leitura do Relatório dos Auditores Independentes. Após a leitura das mesmas, o Sr Presidente informou aos presentes, que por força de Lei e dos Estatutos Sociais, os membros dos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal, não poderiam participar da votação das matérias apresentadas no item “01”, motivo pelo qual solicitou a Assembleia que indicasse um cooperado para presidir a discussão e votação do referido item, tendo sido indicado pelo cooperado Clovis Mancilha Barbosa o Sr Agostinho Klinger Vitorio, indicação que foi aprovada por unanimidade, que por sua vez convidou o cooperado Rogério Faria Vilela para secretaria-lo, indicação esta que foi aprovada pela Assembleia. Assumindo a presidência dos trabalhos, o Sr Agostinho



Klinger Vitorio colocou em discussão a matéria do item "01" da Ordem do Dia. Como ninguém se manifestou, o Sr Presidente Substituto colocou a matéria em votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente substituto e o Sr Rogério Faria Vilela, secretario "ad hoc", agradeceram a indicação dos mesmos e convidaram o Sr. Braz Sebastião Barreto Calderaro e demais diretores para que reassumissem seus cargos de origem. Voltando a presidência o Sr Braz Sebastião Barreto Calderaro agradeceu a colaboração dos citados cooperados e passou ao item "02" da Ordem do Dia, esclarecendo que conforme resultado apurado em Balanço, a CEDRAP teve sobra liquida de R\$ 703.784,79 (setecentos e três mil, setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos). Colocada a matéria em discussão, a mesa propôs que a mesma fosse destinada ao Fundo de Reserva Legal. Como nenhuma outra proposta foi apresentada, o Sr. Presidente colocou a citada proposta em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Dando continuidade a Assembléia, o Sr Braz Sebastião Barreto Calderaro, passou imediatamente ao item "03" da Ordem do Dia, esclarecendo que o salário atual dos diretores era o seguinte: 20 (vinte) salários mínimos para o presidente e 01 (um) salário mínimo para os demais diretores, incluindo os membros do Conselho Fiscal e na seqüência colocou a matéria em discussão, como ninguém se manifestou, considerou que os valores apresentados como propostas e colocou em votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Dando seqüência o Sr. Presidente informou que o item "4" se referia a eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e respectivos suplentes, esclarecendo que apenas uma chapa havia sido apresentada e inscrita dentro dos prazos estabelecidos pelo Estatuto Social para o Conselho Fiscal, tendo o nome de cada componente da chapa e colocando em discussão e em seguida em votação, também tendo sido aprovada por unanimidade. Considerando o Sr Presidente todos eleitos, informou que a posse será realizada em 15 (quinze) dias úteis contados daquela data, de acordo com o artigo 62, dos Estatutos Sociais, ficando assim constituído o novo Conselho Fiscal com mandato de 01 (um) ano: Efetivos: João de Paula Quirino, Carlos Antonio Pinho Amaro e Pedro Prado de Faria; Suplentes: Jose Eugenio Rodrigues, Jose Carlos Lima e Sebastião Cantinho. Completando o item 04, informou que haviam sido inscrita duas chapas para o Conselho de Administração, encabeçando as mesmas para presidente o Sr. Braz Sebastião Barreto Calderaro, inscrita como chapa 01 e Clovis Mancilha Barbosa, inscrita como chapa 02, e que a eleição seria realizada de forma secreta, iniciando-se assim a votação, onde votaram 406 cooperados. Encerrada a votação, iniciou-se os trabalhos de apuração, tendo sido nomeados como escrutinadores os senhores Jose Claudio Mancilha Barbosa e Agostinho Klinger Vitorio. Terminada a apuração, a chapa 01, encabeçada pelo cooperado Braz Sebastião Barreto Calderaro, recebeu 177 votos e a chapa 02 encabeçada pelo cooperado Clovis Mancilha Barbosa, recebeu 220 votos, tendo sido apurados ainda 7 (sete) votos nulos e 2 (dois) brancos, tendo sido eleita a chapa 02. Assim sendo, o Sr. Presidente informou que o novo Conselho de Administração da Cedrap, com mandato para os próximos quatro anos, ficou assim composto: Presidente Clovis Mancilha Barbosa, Vice Presidente: Jose Edson Carvalho Coelho, Diretor Secretario: Paulo Sergio Miranda Gonçalves; Diretores Adjuntos: Genésio Rocha Stabile e Messias Silva Santana e Diretores Suplentes : Antonio Claudio Carvalho Carneiro e Antonio Santiago da Silva Filho. Cumprida toda a Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar o Sr. presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrado os trabalhos, solicitando a Assembléia a designação de uma comissão de associados para assinarem a presente ata junto com a diretoria, conforme determina a legislação. O cooperado João de Paula Quirino indicou os seguintes nomes para compor a mencionada comissão: Rogério Faria Vilela, Messias Silva Santana, Agostinho



Klinger Vitorio, Sebastião Faria Barbosa e João de Paula Quirino; foi aprovada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, Eu Custodio Mendes Mota, Diretor Secretario, lavrei a presente ata que depois de lida e achada em conforme, vai assinada por mim, pelos demais membros da diretoria e membros da comissão designada para tal. Paraibuna 24 de março de 2012.


- (aa)Custodio Mendes Mota:
- (aa)Braz Sebastião Burreto Caldclaro
- (aa)João Bosco da Silva
- (aa)Genésio Rocha Stabile
- (aa)Antonio Claudio Carvalho Carneiro
- (aa)Rogerio Faria Vilela
- (aa)Messias Silva Santana
- (aa)Agostinho Klinger Vitorio
- (aa)Sebastião Faria Barbosa
- (aa)João de Paula Quirino


PAULO SÉRGIO MIRANDA GONÇALVES
 SECRETARIO


CLOVIS MANCILHA BARBOSA
 PRESIDENTE



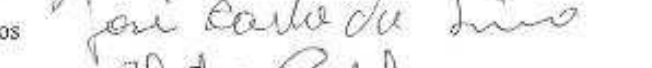
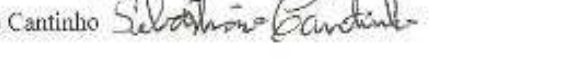

Apresente ata encontra-se transcrita no Livro de Atas de Assembléia nº 03 (três), nas folhas 49v, e 50 e no livro nº 04 (quatro) nas folhas 1v e 2, onde as assinaturas foram lançadas a próprio punho.


PAULO SÉRGIO MIRANDA GONÇALVES
 SECRETARIO


CLOVIS MANCILHA BARBOSA
 PRESIDENTE



Ata de posse do Conselho de Administração, Conselho Fiscal. Aos três dias do mês de abril de dois mil e doze, às 18:00 horas, na sede da CEDRAP Cooperativa de Eletrificação Rural da Região do Alto Paraíba, sito a Rua Major Santana, 107, Vila Modesto nesta cidade de Paraíba São Paulo, teve início a cerimônia de posse do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, eleitos no dia vinte e quatro de março de dois mil e doze. Dando início a cerimônia, o Sr. Clóvis Mancilha Barbosa, presidente eleito em assembleia constatou a presença dos senhores, Jose Edson Carvalho Coelho, Diretor Vice Presidente, Paulo Sergio Miranda Gonçalves, Diretor Secretario, Genésio Rocha Stabile e Messias Silva Santana, Diretores Adjuntos, Antonio Claudio Carvalhal Carneiro e Antonio Santiago da Silva Diretores Suplentes, João de Paula Quirino, Carlos Antonio Pinho Amaro e Pedro Prado de Faria, Conselheiros Fiscais, Jose Eugenio Rodrigues, Jose Carlos de Lima e Sebastião Cantinho, Suplentes do Conselho Fiscal. O senhor presidente formulou breves saudações a nova diretoria e conselheiros, após franqueou a palavra a quem quiser fazer uso. O Sr. Paulo Sergio desejou a toda a nova administração sucesso. Como ninguém mais desejou fazer uso da palavra, o Sr. Presidente considerou todos acima citados empossados, conforme preceito o Artigo 62, parágrafo único do Estatuto Social desta Cooperativa, esclarecendo que o mandato é de 04 (quatro) anos ou seja para o quadriênio 2012/2016 e o Conselho Fiscal de 01 (um) ano. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão de posse e determinou a mim Paulo Sergio Miranda Gonçalves, Diretor Secretario, que lavrasse a presente ata, que depois de lida e achada conforme segue assinada por mim e demais diretores presentes. Paraíba 03 de abril de 2012.

Clovis Jose Edson Paulo Sergio Genésio Messias Antonio Claudio Antonio Santiago João de Paula Carlos Antonio Pedro Prado Jose Eugenio Jose Carlos Sebastião Cantinho 

PARTICIPAÇÕES

Conselho de Administração

Clovis Mancilha Barbosa – Presidente
José Edson Carvalho Coelho – Vice Presidente
Paulo Sergio Miranda Gonçalves – Diretor Secretario
Genésio Rocha Stable – Diretor Adjunto
Messias Silva Santana – Diretor Adjunto

Conselho Fiscal

João de Paula Quirino
Carlos Antônio Pinho Amaro
Pedro Prado de Faria

Elaboração e Colaboração

Rogério Faria Vilela – Departamento Administrativo/Financeiro
André de Araujo Coelho – Departamento de Contabilidade
Antonio Waldimar Palácios Caballero – Departamento Técnico/Engenharia
Marcos Antonio de Oliveira – Departamento Comercial
Vera Gomes de Carvalho - Departamento Recursos Humanos

Auditoria

LAM Auditores Independentes

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971
Estatuto Social da CEDRAP
Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001 - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica
Resolução ANEEL 396/10
Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01
Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC
Despacho 4.722/2009 de 18/12/2009 – SFF/ANEEL
Ofício circular nº. 4.097/2010 de 30/12/2010 SFF/ANEEL.

Agradecimentos

Conselho de Administração
Conselho Fiscal
Departamento Técnico e Engenharia
Departamento de Contabilidade
Departamento Administrativo/Financeiro
Departamento de Recursos Humanos
Departamento Comercial
Funcionários da CEDRAP em geral
Useall Software
NSS New Service System
